

A política e os partidos entre 1851 e 1861**

I. INTRODUÇÃO

Em Abril de 1851, o processo político do constitucionalismo monárquico português conheceu um dos mais importantes *turning points* da sua história. Na realidade, o advento da Regeneração inaugurou um novo ciclo na vida político-partidária nacional, cujos pressupostos e efeitos fazem da década de 1850 um período de análise histórica recortável, dotado de identidade própria. A avaliação da extensão da ruptura operada em 1851, bem como dos novos contornos político-partidários então inaugurados, pressupõe que, primeiro, se fixem as coordenadas políticas principais dos anos que precederam e rodearam o pronunciamento saldanhista. Para o efeito, a sinopse do processo político-partidário de 1851-1861 realizada neste texto é precedida de dois apontamentos sumários.

O primeiro apontamento, acerca do panorama político português entre 1834-1851, parte do pressuposto de que os novos alinhamentos partidários que vieram a desenvolver-se nos anos 50, à parte as novidades que trazem (importantes do ponto de vista da superação de estrangulamentos políticos vários), traduzem também o aprofundamento ou a consolidação de determinadas tendências que se vinham notando no sistema político português na

* Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (UCP).

** O presente texto é uma sinopse do corpo central da dissertação de mestrado do autor, defendida na FCSH da Universidade Nova de Lisboa em Maio de 1997. Os pontos II e III deste artigo correspondem, no texto da dissertação, a dois capítulos diferentes; o ponto IV e suas subdivisões constituem um resumo dos acontecimentos e considerações mais importantes expostos no capítulo V da dissertação, aqui expurgado de toda a factologia e narrativa consideradas acessórias para o efeito de uma sinopse.

década de 40. Sumariamente, pode afirmar-se que a ideia da reconciliação apartidária da família liberal — ao fim e ao cabo o ex-líbris do mito da acalmia regeneradora — não nasceu em Abril de 1851, com o golpe de Saldanha. Por esta razão, o modelo político da Regeneração só se torna compreensível à luz do que foi a história política portuguesa desde finais dos anos 30 e, em particular, daquilo que foi a oposição a Costa Cabral a partir de 1842.

O segundo apontamento tem como objectivo recensear, de forma esquemática, as componentes que viriam a definir o novo modelo de funcionamento da Regeneração, quer em termos de fundamentos e pressupostos gerais de cultura política, quer em termos mais práticos, no que dizia respeito ao saneamento de algumas práticas que até aí tinham comprometido a viabilidade da máquina política liberal.

II. OS ANTECEDENTES DA REGENERAÇÃO: O FACCIONALISMO DO «REINADO DA FRASE E DO TIRO» (1834-1851)

Por contraposição à época da Regeneração, que se abre em 1851, correctamente considerada a da consolidação do liberalismo em Portugal, o período anterior, que se estende desde a Convenção de Évora-Monte de 1834 até ao pronunciamento saldanhista de 1851, corresponde aos anos de institucionalização da ordem liberal, depois dos fracassos do triénio vintista de 1820-1823, do biénio cartista de 1826-1828 e das agruras e divisões da causa liberal durante os anos da emigração e da guerra civil. Só a partir de 1834, uma vez derrotado militarmente o miguelismo, a alternativa liberal se tornou hegemónica como padrão de organização da sociedade portuguesa. Hegemónica, mas não consensual, o que conferiu ao período de 1834-1851 uma distintiva marca de quase endémico confronto entre as várias parcialidades políticas em cena, acompanhado por uma também quase infindável série de golpes palacianos, levantamentos populares, pronunciamentos militares e guerras civis.

A incorrigível desordem dessa primeira década e meia de liberalismo — que a verve crítica de Oliveira Martins lapidarmente definiria como o «reinado da frase e do tiro»¹ — deveu-se antes de mais ao instável clima de mudança político-social a que o país assistia. Problemas como a origem da

¹ Mais recentemente, a orientação política geral do período foi rebaptizada por Maria de Fátima Bonifácio com a não mais abonatória expressão «a guerra de todos contra todos» (cf. *Análise Social*, n.º 115, Lisboa, 1992, pp. 91-134). É justo acrescentar que, no panorama da historiografia portuguesa, se devem a esta autora os principais trabalhos sobre o funcionamento do sistema político português entre 1834 e 1851, dos quais, evidentemente, aqui se recuperam materiais e interpretações.

legitimidade do poder, a consolidação dos órgãos de decisão política e a própria linha de acção governativa do Estado tardaram a ser resolvidos², alimentando longas querelas que apenas o advento da Regeneração arrumaria, ao superar as questões propriamente *fundadoras* do liberalismo. Ao nível mais simples, da pública e colectiva aceitação da lei fundamental do Estado que a todos deveria reger, esses quinze anos foram atravessados por um impossível consenso constitucional, ou seja, por uma irreconciliável clivagem entre a direita, adepta da Carta Constitucional, e a esquerda, adepta de uma Constituição. Durante anos, em torno da questão constitucional, foi virtualmente impossível realizar o consenso e a reunião da família liberal portuguesa. Sucede que a inexistência desse consenso invalidava qualquer esforço de disciplinação das forças políticas em confronto. À medida que, de parte a parte, as práticas exclusivistas iam sendo perceptíveis, a oposição, fosse de direita ou de esquerda, canalizava os seus esforços para a acção à margem da legalidade, instituindo o pronunciamento ou o golpe de Estado como a única via substantivamente eficaz de acesso ao poder.

O desacordo constitucional era a causa essencial de todos os outros desacordos. Aos contemporâneos, aliás, não escapava a existência de um nexo entre a ausência de um critério mínimo de legalidade do poder que a todos vinculasse e o espectáculo quotidiano da violência e do facciosismo políticos. E não era só a fraude eleitoral que motivava a genérica impossibilidade de uma coabitação e inter-relação politicamente produtiva das parcialidades em presença. Na realidade, a crónica instabilidade e a agudização dos conflitos nesse período têm de ser perspectivados à luz daquilo que era, simultaneamente, uma causa e um efeito da «guerra de todos contra todos» — a saber, as próprias deficiências do sistema político global, que comprometiam o seu bom funcionamento. Ora, neste particular, os elementos que faziam funcionar (mal) o sistema político português no período de 1834-51 não eram *partidos políticos*, do género das formações minimamente estruturadas e disciplinadas que o rotativismo monárquico-constitucional da Regeneração viria a conhecer, mas formações proto ou pré-partidárias, cujo tipo mais comum era a *facção*³.

No eclectismo ideológico e no amadorismo parlamentar então reinantes eram as facções, verdadeiros conglomerados de formações protopartidárias, que dominavam o sistema político. E, na medida em que o faccionalismo estava, por natureza, prioritariamente vocacionado para a monopolização de recursos públicos em benefício privado, não custa compreender como, para

² Cf. Rui Graça Feijó, «Mudança política, conflitos e comportamentos populares», in *Do Antigo Regime ao Liberalismo (1750-1850)*, Lisboa, Vega, 1989, pp. 175-176.

³ Maria de Fátima Bonifácio, «A guerra de todos contra todos (ensaio sobre a instabilidade política antes da Regeneração)», in *Análise Social*, n.º 115, Lisboa, 1992.

lá da existência de uma querela constitucional que parecia irresolúvel por reconciliação entre as partes, o país estava também condenado a um impossível acordo entre os diversos agentes políticos, agrupados que estavam em facções. O faccionalismo assim dominante invalidava qualquer esforço de pacificação, acordo ou conciliação que eventualmente fosse tentado.

Em 1847, um conhecido opúsculo de D. João de Azevedo estabelecia uma muito pouco abonatória síntese do que até aí fora o constitucionalismo liberal português⁴. E o que dela salta à vista do historiador é a sensação de um invisível círculo vicioso entre o impossível consenso constitucional, o impossível acordo entre as facções, a fraude eleitoral, o sectarismo belicoso da generalidade dos políticos, tudo projectado num pano de fundo de endémica instabilidade e anarquia. Por contraposição, a institucionalização de uma cultura de alternância, de uma lógica de coabitação política baseada no acordo e no consenso, a superação do faccionalismo exclusivista pelo desenvolvimento de um sistema partidário mais estruturado e mais pacífico, eram conquistas que pertenceriam ao futuro e que apenas começariam a chegar com a Regeneração. De facto, só a partir de 51, através da resolução da questão constitucional e de um sensível esforço de disciplinação do confronto político-partidário, o que era uma «guerra de todos contra todos» se transformaria numa luta legal, dotada de um quadro de regras colectivamente vinculativo.

Em resultado de todos estes pressupostos, a história do protopartidarismo cartista, setembrista, ordeiro e cabralista — tantas foram, simplificando, as sucessivas «legalidades» que patrimonializaram o poder entre 1834 e 1851 — registou uma inequívoca tendência política centrífuga, traduzindo o quanto o Portugal pré-51 vivia ainda sob o signo dos radicalismos. Entre 1834 e 38, o «devorismo» cartista e o «pseudopopulismo» setembrista retalharam o país em dois blocos antagónicos. A partir de 1838, à sombra da híbrida e compromissória Constituição setembrista-ordeira, parecia chegada a hora da pacificação da família liberal. Por um breve momento, uns por desânimo, alguns por convicção, outros por oportunismo, a maioria dos liberais aderiu a um «terceiro liberalismo» — a tentativa, dita «ordeira», de criar uma formação política ao centro que reunisse a esquerda do cartismo e a direita do setembrismo. Sucede que o projecto político do centrismo ordeiro, ao apoiar-se numa constituição que pudesse ser de todos, teve como efeito sobre ela fundar um regime que acabava por não ser de ninguém. No final dos anos 30, a sociedade e a política portuguesas estavam ainda demasiado atravessadas por uma lógica de antagonismos constitucionais e intransigência de facções, para que a fusão centrista pudesse produzir algo de sólido e duradouro. Tal plano — justamente aquilo

282 ⁴ D. João de Azevedo, *Autópsia dos partidos políticos e guarda-quebras dos governos ou ensaio geral sobre as contínuas revoluções de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1847.

que faria a fortuna da Regeneração — não passava nessa altura de um projecto sem presente, ainda que com futuro⁵.

O «ordeirismo» terminou em 1842, asfixiado pela ascensão da direita cabralista. Durante os restantes anos da década de 40, a figura de Costa Cabral, também ela exclusivista e à sua maneira radical, transformou-se no pólo de todas as discórdias e no mínimo denominador comum de quantas oposições se foram formando. O cabralismo era a versão lusa do doutrinário de Guizot, em França, e do moderantismo de Narvaéz, em Espanha. Ora o *juste milieu* teorizado por Guizot e Cabral era substancialmente diferente do *tiers parti* ordeiro e centrista. Compreender esta diferença, bem como aquilo que o doutrinário cabralista implicava em termos de sistema partidário, é o que permite lançar luz sobre o ódio nacional a Cabral e sobre a lógica político-partidária da Regeneração, por contraste com a dos anos 40⁶.

No geral, os políticos ditos «fusionistas» ou «pasteleiros» — de Rodrigo a Garrett, passando por Passos, Antas, Loulé ou Saldanha —, que rivalizaram sozinhos ou coligados contra Cabral, empenharam-se em fazer passar a imagem de que o país mergulhara, com a restauração da Carta em 1842, numa acintosa ditadura caudilhistas. A suposta força de um tamanho voluntarismo pessoal só pode constituir parte da verdade. É certo que Cabral se ergueu como o grande obstáculo aos planos de reconciliação da família liberal portuguesa. Isso deveu-se, contudo, a um dado estilo de entender e fazer política, e não a uma qualquer paranóia individual. O cabralismo procurou reequilibrar o sistema político português num *juste milieu* entre a reacção (em Portugal, o legitimismo) e a revolução (em Portugal, o radicalismo dos clubes). Na prática, esse desígnio conduzia a uma política de acentuado exclusivismo e intransigentismo, ou seja, à renúncia de qualquer tipo de política fusionista e conciliadora, com o confessado intuito, antidemocrático mas inequivocamente liberal, de impedir que a reacção se (re)erguesse por detrás do centro-direita e, simetricamente, que a «hidra revolucionária» cobrasse existência por detrás do centro-esquerda⁷.

⁵ V., a propósito dos planos «fusionistas» dos ordeiros e da resistência que eles suscitaram, sobretudo nas fileiras da esquerda radical, as polémicas parlamentares entre Garrett e José Estêvão no início da década de 40, particularmente o discurso do «Porto Pireu», pronunciado pelo segundo na sessão de 6-2-1840 (cf. Marques Gomes, *José Estêvão. Apontamentos para a Sua Biografia*, Porto, 1889, pp. 42-47).

⁶ O essencial do percurso de Costa Cabral, bem como o melhor resumo da sua doutrina, constam do discurso que fez na Câmara dos Deputados, na sessão de 5-2-1839, reproduzido in D. José de Almeida Araújo Correia de Lacerda, *Costa Cabral. Apontamentos Históricos*, Lisboa, 1844, pp. 187 e segs.

⁷ Maria de Fátima Bonifácio, «Costa Cabral no contexto do liberalismo doutrinário», in *Análise Social*, n.ºs 123-124, Lisboa, 1993, pp. 1043-1091.

O cabralismo não passou, na realidade, de um legalismo extremo, baseado numa interpretação pura e dura do cartismo e numa quase sacralizada noção de hierarquia social capacitária. Se o seu *juste milieu* se confundia, no espectro monárquico-constitucional, com a direita conservadora, isso apenas significa que a política portuguesa estava perigosamente inclinada à esquerda.

A imagem da Regeneração como um sistema político mais maleável e aberto radica no contraste estabelecido com o fechamento do cabralismo. Depois de 1851 triunfou a técnica do compromisso e do acordo, superiormente legitimada por uma obsessiva retórica de reconciliação fusionista, pela qual só um minoritário punhado de radicais impenitentes ou de absolutistas empedernidos não se deixou seduzir. O primeiro mandamento de todo o candidato a político depois de 1851 foi exactamente o inverso daquilo que Cabral obsessivamente defendera: esvaziar os extremos, não por exclusão, mas por integração, não por obstinada convicção filosófica e intransigente selecção pessoal, mas por ecuménica reconciliação em torno de um estilo político pragmático, utilitário, desideologizado e centrista.

O estandarte anticabralista da reunião pacífica da família liberal conheceu inúmeros portadores desde 1842 até 1851 e infindáveis desventuras, desde a «coalizão» setembro-cartista-miguelista (uma espécie de liga nacional de todos os excluídos do cabralismo), oficializada em 1842, até às acções do auto-proclamado «Partido Nacional», nos finais da década, passando pelos mal-entendidos e surdas disputas pelo poder que rodearam a instrumentalização política da Maria da Fonte, bem como pela guerra civil da Patuleia. Perante este panorama, 1851 significou literalmente o saneamento da situação política e a superação do impasse a que a evolução da década de 40 conduziu: a direita e a esquerda mais moderadas e fusionistas, apostadas em coligarem-se para a formação de um ecuménico «pastel» regenerador, sem vencedores nem vencidos, debatiam-se com a impossibilidade de construírem uma plataforma de poder ao centro, moderada e tolerante, apartidária ou suprapartidária, como tantas vezes recomendara a teoria e como já antes — com a efémera experiência dos «ordeiros» — se tentara na prática. Pouco se percebe, aliás, das contradições políticas dessa agitada década de 40, se se não tiver em conta a intransigência e repulsa dos extremos face à moderação conciliadora centrista. Por razões de doutrina e de táctica, quer o cabralismo, à direita, quer o radicalismo patuleia, à esquerda, teimavam em sabotar o desígnio reconciliador e de consenso a que a maioria do «país legal» já se rendera nas vésperas de 1851.

Pressentia-se que no momento em que um dos sectores extremistas desaparecesse de cena o outro não tardaria a ser despachado, por supérfluo e incómodo, dado que o fundo desejo da maioria dos notáveis da vida política portuguesa era a reconciliação nacional. A história do microperíodo de 1846-1851, que antecede imediatamente a Regeneração, confunde-se com as tenta-

tivas, insucessos e ambiguidades que semelhante plano de fusão reconciliadora e centrista ainda conheceria⁸. A personagem central desses anos — que são muito mais um prólogo para a Regeneração do que um epílogo para o cabralismo — foi justamente o homem que fará o golpe em 1851: o marechal duque de Saldanha. Apostado em quebrar a geometria político-partidária centrífuga que dominava o país, o maleável duque concebeu e executou um minucioso plano centrípeta destinado a autonomizar o centro-esquerda respeitável face à sua cauda radical e a torná-lo comparsa estratégico do centro-direita (a cargo de Saldanha e de Rodrigo), também finalmente liberto do seu lastro cabralista.

Aquilo que a Regeneração faria em 1851 estava assim já pensado em 1846. E foi com enorme paciência e calculismo que Saldanha fez triunfar o seu plano de conciliação centrista. Entre 1846 e 1848 tratou de eliminar o radicalismo de esquerda, servindo-se da direita e tendo o especial cuidado de não se incompatibilizar com o centro-esquerda, que sabia ser-lhe mais tarde necessário. O fracasso da causa revolucionária de 1848 foi a ajuda final e providencial que lhe permitiu levar a bom termo esta primeira fase da sua estratégia. Entre 1848 e 1851 tratou então de eliminar o radicalismo cabralista de direita (regressado de facto ao poder em 1849), servindo-se, para isso, do centro-esquerda, que tutelava o «Partido Nacional», anticabralista. Tendo, assim, realizado a extinção simétrica dos extremos, Saldanha pôde, enfim, terminar a sua obra. Em Abril de 1851, mutuamente aliciados, o centro-direita e o centro-esquerda subiram ao poder, materializando o amplo bloco central progressista que daria corpo à Regeneração.

III. OS FUNDAMENTOS E OS PRESSUPOSTOS DO NOVO MODELO POLÍTICO DA REGENERAÇÃO

O triunfo da Regeneração sobre o cabralismo foi a versão portuguesa do triunfo da era do capital sobre a era das revoluções, significando a definitiva superação do período essencialmente fundador do liberalismo monárquico. O centro triunfou sobre os extremos, inaugurando um modelo orientado por uma pressão centrista ou centrípeta do campo político — tudo resumível numa ideia-lema: a Regeneração sob o signo do consenso. Numa simples metáfora, foi como se, até 1851, a cultura político-partidária portuguesa tivesse sido condicionada por uma tática de «terra queimada»; uma vez constatado que essa estratégia ameaçava fazer soçobrar o próprio sistema, ter-se-

⁸ Para a história político-partidária destes anos deve consultar-se Maria de Fátima Bonifácio, *História da Guerra Civil da Patuleia (1846-1847)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1993.

-ia então evoluído para uma tática mais plástica, de «afolheamento» do «terreno» entre as várias parciaisidades, sendo o estar na oposição crescentemente encarado como um «pousio» temporário e mais benevolmente aceite.

Para melhor contextualizar a história político-partidária da década de 1850 e, simultaneamente, compreender o *élan* francamente inovador que fez do golpe de 1851 uma das mais importantes balizas cronológicas do período contemporâneo é preciso definir, preliminarmente, os elementos constitutivos do novo modelo de funcionamento regenerador. Isso implica dar a justa valoração e imaginar o efectivo potencial de ruptura face ao período anterior que todos esses elementos continham, pondo temporariamente de parte a arrasadora crítica que a geração de 70, com Oliveira Martins à cabeça, faria à «paz podre» e ao «materialismo estéril» de 1851. *A posteriori*, sabe-se que a ilimitada confiança optimista no modelo da Regeneração não teve completa tradução no plano do efectivo desenvolvimento do país, tanto económica como social e mentalmente. Mas essa ressalva não deve apagar a carga positiva e a novidade que a mudança operada em 1851 efectivou. Aliás, a simples recensão dos títulos de Oliveira Martins no *Portugal Contemporâneo* revela a sensação de novidade introduzida pela Primavera de 1851: o advento da Regeneração fora «a última revolta», «a liquidação do passado» e a «iniciação das gerações novas» pelo «fomento»⁹.

É do ponto de vista da retórica, ou seja, do discurso oficial e da cultura política da novel Regeneração, que é necessário começar, para reconstituir qual o seu modelo de funcionamento e para avaliar a dimensão da ruptura operada face aos anos «das frases» e «dos tiros».

O desígnio fundador do período pós-51 foi o de *reconciliar e regenerar*. Por sublimação dos traumas e divisões do passado, só a reunião e reconciliação do país político garantiria o desejável apaziguamento da conflitualidade e a implantação de uma tolerância recíproca que permitisse o reagrupamento, por aproximação, das várias personalidades e parciaisidades em cena, com o conseqüente triunfo da estabilidade e da ordem, sem as quais nenhum progresso efectivo ou realização material seriam possíveis. A reconciliação significava que o liberalismo, que até aí fora bandeira de divisão, teria de passar a ser bandeira de «união», de «fusão», de «amalgamação», de «pastel». A frequência com que estas palavras aparecem nas fontes da época, desde o *Diário da Câmara dos Deputados* até à imprensa periódica, do

⁹ Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, 9.^a ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1986, t II, pp. 227, 262 e 287. Múltiplos outros testemunhos são concordes em salientar que o pronunciamento saldanhista marcou o arranque de uma nova fase histórica em Portugal. Para o último quartel do século XIX, vejam-se, a título de exemplo, José de Arriaga, *A Política Conservadora e as Modernas Alianças dos Partidos Políticos Portugueses*, Lisboa, 1880, Jeremias Henriques Reis, *A Regeneração de Portugal*, Lisboa, 1888, Teixeira Bastos, *A Crise*, Porto, 1894, ou Augusto Fuschini, *O Presente e o Futuro de Portugal*, Lisboa, 1899.

memorialismo à panfletagem política, permite tomá-las como representações mentais estruturadoras do imaginário político regenerador. Por sobre o eventual conflito quotidiano em torno dos meios para o progresso, a Regeneração era fundamentalmente um consenso de intenções, colocado numa ordem superior, nacional e, por isso, desejavelmente suprapartidária ou apartidária.

Da reconciliação viria a regeneração, com toda a carga de fraternidade e de entusiasmo cívico que, à francesa, sempre rodeara a palavra¹⁰. Mas, ao contrário da «regeneração» vintista, feita através da revolução, o reforço de um certo pragmatismo político encarava a mudança de 1851 como uma outra «regeneração», feita contra a revolução, no rescaldo do fracasso da última grande vaga revolucionária europeia.

Sobre estes fundamentos genéricos architectavam-se depois três pressupostos ou, se se quiser, três linhas de acção programática. O primeiro desses pressupostos regeneradores era a necessidade de uma geral «desideologização» da política, ou seja, o investimento numa linha de acção essencialmente pragmática, tecnocrata e utilitarista, que seria a melhor garantia da realização da prosperidade pública. Reduzindo a bagagem ideológica dos grupos políticos em prol de um liberalismo assim desradicalizado, superavam-se de vez as discussões doutrinário-constitucionais estereis, canalizando as energias dos políticos e do país para o novo desafio que então se abria: o progresso material da nação. Acompanhando a tendência europeia de desradicalização desideologizadora pós-48, uma nova geração de políticos, «prosaicos e positivos»¹¹, de que o jovem e janota engenheiro António Maria Fontes Pereira de Melo viria a ser o símbolo e o resumo, concordou em renunciar às teorias filosóficas em prol do fomento. Da esquerda à direita, todos se fizeram apóstolos do materialismo progressista, moda conhecida entre nós sob a designação de «melhoramentos materiais». Por detrás desta preocupação estavam as tentativas de inserção do país no capitalismo internacional.

O segundo pressuposto do modelo de funcionamento da Regeneração decorria deste afã melhorista: tratava-se de «derramar» o progresso, como durante anos prometeu o «fontismo». Depois de 1851, a importância e o grau

¹⁰ Mona Ozouf, «Régénération», in *Dictionnaire critique de la Révolution Française* (dir. de François Furet e Mona Ozouf), vol. IV («Idées»), Paris, Champs/Flammarion, 1992, pp. 373-389. Para Portugal, v. Maria Cândida Proença e António P. Manique, «Da reconciliação à queda da monarquia», in *Portugal Contemporâneo* (dir. de António Reis), vol. 2 (1851-1910), Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 13-20.

¹¹ Era assim que D. Pedro V se referia aos liberais da sua geração (Diário de D. Pedro V, 29-5-1855, cit. por Júlio de Vilhena, *D. Pedro V e o Seu Reinado*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, t. II, p. 358). Nos termos de George Burdeau, os liberais da 2.ª geração pós-revolucionária são os que evoluem do entusiasmo imoderado das «promessas da aurora» para um situacionismo mais prudente, como classe dirigente de «situações adquiridas» (*O Liberalismo*, Lisboa, Europa-América, s. d., pp. 79-80 e 130-131).

de patriotismo de cada político deixaram de se aferir em relação aos pronunciamentos que chefiara ou às revoluções que encabeçara. Em substituição, a política nova conferiria fama e proveito a quem mais se empenhasse em «derramar» o progresso. Daí que o progressismo, que algumas escolas actuais não duvidariam identificar como um património de esquerda, era, no Portugal pós-51, a expressão de uma adesão suprapartidária à moda dos melhoramentos materiais. Por alguma razão, a Regeneração foi um projecto geneticamente progressista, executado à vez e sem grandes sobressaltos ou rupturas ideológicas, primeiro, por progressistas regeneradores e progressistas históricos, depois, por progressistas da Fusão e progressistas reformistas¹².

No limite, tudo se passava como se a Regeneração fosse, na prática, a gestão técnica de um alargado plano de fomento e de progresso, que aproximaria o país dos níveis europeus mais desenvolvidos, reproduzindo entre nós as formas modernas da civilização industrial e os seus adereços mais simbólicos. Por uma contradição apenas aparente, o melhor político seria, doravante, aquele que se abstivesse de fazer... política, no sentido ideológico-doutrinário do termo. É este paradoxo que permite compreender o terceiro dos pressupostos ou linhas de acção da Regeneração: o público elogio e exercício de um modelo de comportamento do *establishment* centrado nas virtudes do «transformismo» e do tendencial «fusionismo».

O transformismo pode ser genericamente apresentado como uma cultura política ou uma predisposição de espírito destinada a anestesiar improficuas guerrilhas facciosas. Tratava-se, literalmente, de «transformar» os inimigos em amigos, cultivando para isso a maleabilidade e a flexibilidade necessárias para a cooptação dos rivais ou descontentes¹³. Apostando em fazer conciliar as parcialidades políticas através de um sistema de concessões mútuas baseado na ideia do progresso e legitimado pela retórica suprapartidária da reconciliação nacional, o transformismo foi o engenhoso expediente que pôs fim à lógica faccionalista até aí vigente em Portugal. Com ele se inaugurou o estilo fontista de estar na política, contemporizador, afável, consensual, dando um pouco de tudo a todos, comprando os rivais, ao invés de os silenciar. Era esse o segredo da tolerância mútua em que assentava a elogiada cultura de alternância, materializada no rotativismo partidário dos anos 70 e 80. Contra a altivez doutrinária passava a vigorar uma estratégia política

¹² Na realidade, se se quisesse forçar a polémica, talvez pudesse dizer-se que, *in limine*, o centrismo reconciliador funcionou bastante bem — pelo menos até finais do século XIX — porque o Partido Regenerador e o Partido Histórico eram *programaticamente progressistas*, vendo no *progressismo* a melhor das garantias *regeneradoras*!

¹³ Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI da *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 107-109. Para a problemática geral do «transformismo» político, v. Richard Bellamy, *Liberalismo e Sociedade Moderna*, São Paulo, Editora Unesp, 1994, pp. 193 e 200-202.

centrista, que desaconselhava em absoluto extremismos de opinião e teimosias exclusivistas.

O transformismo prolongava-se depois em curiosos e benéficos efeitos. Ao nível das elites, tinha uma influência concentracionária e fusionista. A exiguidade do universo de candidatos a um lugar na política, a preocupação da estabilidade do sistema e, a um nível pessoal, a perpetuação da carreira justificavam todas as cumplicidades e contorcionismos. Daí decorria um efeito, aliás crucial para se perceber o porquê da incipiente estruturação e diferenciação dos «partidos» da época, que era a fundamental unidade de propósitos do *establishment*, materializada num vocabulário de situação unitário («ordem», «realismo», «pragmatismo», «pacto», «evolução», «acordo», por oposição a «radicalismo», «utopia», «demagogia», etc.)¹⁴. Para além disso, e muito sensivelmente nos anos 50, quando a tecnologia política transformista do «rotativismo» ainda não existia em Portugal, o «transformismo», decorrendo do próprio modelo reconciliador e centrista inaugurado em 1851, terminava por servir de ingrediente à, e por se inscrever na, retórica fusionista de então.

Transformismo e fusionismo não são, evidentemente, sinónimos. Todavia, na medida em que transformar inimigos em amigos, cooptando ou neutralizando os adversários, significava, na cultura política dos anos 50, não apenas agregar, mas reconciliar ao centro, por sobreposição e fusão, e não ainda por partilha diferenciada (rotativa) do centro, o transformismo tornava-se uma predisposição política que alimentava um *referencial teórico* de fusão, ampla e repetidamente aconselhada por muitos, em 1851 e depois, mas somente efectivada na prática no justamente chamado «governo da Fusão», entre 65 e 68.

Vistos os três pressupostos fundadores do modelo da Regeneração, há que passar agora em revista os preliminares necessários à sua efectiva concretização. Uma vez que a efectivação de um modelo político de cunho centrista e centrípeto exigiu o reforço do centro e o esvaziamento dos extremos¹⁵, a Regeneração exigiu previamente a neutralização do radicalismo, a proscrição do cabralismo e, acessoriamente, porque menos necessário, o acordo de coabitação pacífica com o legitimismo.

¹⁴ Jean Blondel, *Voters, Parties and Leaders. The Social Fabric of British Politics*, Londres, Penguin Books, 1991, p. 240, e José Maria Jover Zamora, in *Historia de España* (dir. de M. Tuñón de Lara), t. VIII («Révolution burguesa, oligarquia y constitucionalismo, 1834-1923»), 2.^a ed., Barcelona, Editorial Labor, S. A., 1983, p. 295.

¹⁵ Cf. António José Telo, «O modelo político e económico da Regeneração e do fontismo (1851-1890)», e Júlio Rodrigues da Silva, «O rotativismo monárquico-constitucional. Eleições, caciquismo e sufrágio», in *História de Portugal* (dir. de João Medina), vol. IX («A monarquia constitucional»), Lisboa, Ediclube, 1993, pp. 14 e 50.

A neutralização ou adormecimento do radicalismo chegou a partir de 1848, quando a derrota da última grande vaga revolucionária europeia desacreditou os métodos e a filosofia da extrema-esquerda. A civilização liberal tornou-se, a partir daí, incontornável e, para a maioria dos europeus, o melhor dos mundos possíveis. Paralelamente, a prosperidade europeia que se abriu na segunda metade do século veio ainda mais ajudar a tornar improficuas as queixas dos excluídos do sistema¹⁶. Em Portugal, de resto, os ecos de 1848 tinham tido um insubstantivo impacto. De modo que os restos de radicalismo patuleia ainda sobreviventes, desprovidos de substância política autónoma, de organização e de apoios, viram-se relegados para o plano da utopia inofensiva e, a partir de 1851, ultrapassados pelo novo clima regenerador. A historiografia habituou-se a tratar a conversão ao centrismo regenerador, entre 1848 e 1851, de algum do revolucionarismo mais impenitente, do socialismo mais utópico e do republicanismo mais democrático como se de hipocrisia e oportunismo se tratasse. Nada de mais injusto. Muitos dos jovens intelectuais revolucionários de 1848 vieram a adormecer o seu radicalismo e a aderir à Regeneração por nela verem a via alternativa e pacífica para se alcançar o progresso e bem-estar social que o simples conspirativismo não proporcionava. Como José Estêvão abundantemente explicou, parte da extrema-esquerda foi para a Regeneração por acreditar que ela viria a ser a cruzada civilizadora com que há muito sonhavam.

Em consequência do esvaziamento da causa radical-revolucionária, poucas épocas terão sido politicamente tão consensuais como a década de 1850 — a década da fundação da Regeneração portuguesa e do II Império francês, da consolidação da Inglaterra vitoriana, das primeiras experiências de *connubio* («fusão liberal») no Piemonte ou do lançamento do governo de «União Liberal» em Espanha. Em particular em Portugal, e do ponto de vista político-partidário, a derrota do radicalismo constituiu uma providencial ajuda para a vitória da Regeneração saldanhista, na medida em que acarretou a falência daquela que fora a principal *raison d'être* da extrema-direita cabralista: manter vencida e silenciada a revolução que o radicalismo até aí teimara em alimentar. Por um perverso jogo de contrários, os extremos justificavam-se mutuamente: desaparecido o radicalismo, nada se opunha à, e ao invés tudo se facilitava para a, proscrição do cabralismo, de resto diplomaticamente abandonado à sua sorte quando Guizot e Narvaéz deixaram o poder, em França e Espanha.

Para que o regime imposto a partir de 1851 pudesse aparecer com a acrescida legitimidade de um movimento unanimemente nacional, restava

¹⁶ Eric Hobsbawm, *A Era do Capital (1848-1875)*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 41.

um problema suplementar, que já demonstrara ser resolúvel: o destino a dar ao miguelismo legitimista no novo cenário político. A extrema-direita extra-liberal era um adversário especial: não precisava de ser adormecido ou anestesiado, como o radicalismo, nem tão-pouco era recomendável que fosse vencido e proscrito. Daí o esforço regenerador de ir ao encontro do chamado legitimismo «urneiro», a fim de cooptá-lo para o campo do liberalismo monárquico, acelerando a tendência para a constitucionalização do legitimismo aberta em 1842.

Depois dos pressupostos e preliminares, finalmente os instrumentos. Para que a Regeneração pudesse funcionar foi necessária, por um lado, uma extensa renovação nominal da elite política e, por outro, a tripla garantia de que o sistema lograria obter consistência civil, solidez constitucional e viabilidade material.

No tocante ao primeiro aspecto, a vida nova de 1851 exigia novas caras em São Bento e nas pastas ministeriais, ou seja, a ascensão ao poder de uma segunda geração liberal empenhada em fechar uma página sobre o passado, lançando um ecuménico perdão sobre todos os agravos e ressentimentos acumulados. O desafio foi aqui largamente conseguido. Uma curta análise prosopográfica do universo dos deputados entre 1851 e 1856 e dos ministros entre 1851 e 1868 permite apurar índices de renovação nominal, face ao período de 1834-1851, de c. 61% no primeiro caso e de c. 59% no segundo¹⁷. Quer isto dizer, de forma menos elaborada, que quase dois terços da elite política regeneradora eram efectivamente «gente nova» — como Herculano, de resto, pedira a Saldanha nas palestras preparatórias do golpe de 1851.

A consistência civil da Regeneração foi obtida mediante um consciente esforço político no sentido de cortar definitivamente com um passado de intervencionismo faccioso e anárquico do exército na política, sem cair no extremo igualmente faccioso do autoritarismo civil à Cabral. O mesmo é dizer que entre os novos hábitos pós-51 figurava em lugar de destaque a exigência de que a política fosse domínio dos civis e o exército fosse remetido para os quartéis. A domesticação do exército, ou seja, a sua unificação e disciplinação internas, foi levada a cabo pelo próprio marechal Saldanha, que comprou a docilidade da tropa com a famosa «promoção-monstro» de 1851¹⁸. Daí em diante, uma sábia política reformista de concessões e boas graças manteve o exército satisfeito com o rumo político traçado pelos civis. Durante a Regeneração, e exceptuado um ou outro caso pontual sem

¹⁷ Cf. José Miguel Sardica, «A elite política do ministério da Regeneração (1851-1856)», in *História*, n.º 3, Lisboa, Dezembro de 1994, pp. 46-47.

¹⁸ José Augusto Barbosa Colen, *Entre Duas Revoluções (1848-1851)*, Lisboa, Marques Gomes Editor, 1901-1902, t. II, pp. 416-417.

consequências de maior, os militares só intervieram nos destinos do país como coadjuvantes de um processo essencialmente civil.

A solidez constitucional da Regeneração foi obtida através da promulgação do Acto Adicional à Carta Constitucional, em Julho de 1852. Considerado quase unanimemente (dada a minoritária oposição que lhe foi movida pelos restos da direita cabralista) o complemento jurídico do pronunciamento de Abril de 1851, ele veio a ser um precioso instrumento de conciliação e de superação da conflitualidade entre as parcialidades políticas. E isto porque ia ao encontro, no essencial, das reivindicações que, desde os anos 30, a esquerda exigia ver satisfeitas para acatar pacificamente a Carta Constitucional: eleições directas (artigo 4.º aprovado sem discussão, por unanimidade), obrigatoriedade de os tratados e convenções com potências estrangeiras serem aprovados pelas cortes antes da ratificação final (artigo 10.º) e votação parlamentar anual de todos os impostos a lançar pelo executivo (artigo 12.º)¹⁹. Mediante este equilíbrio, liquidou-se, por fim, o impossível acordo constitucional que até aí tanto prejudicava o país.

Com uma fornada de gente nova, com o exército domesticado e com a questão constitucional resolvida, apenas um problema restava: o saneamento da situação financeira, derradeiro instrumento essencial para viabilizar e financiar o progresso regenerador. O alto preço das frases e dos tiros do período precedente, de permeio com os malabarismos da agiotagem devorista, dos anos 30, e cabralista, dos anos 40, quase tinha levado Portugal à bancarrota. Em Agosto de 1851, quando Fontes Pereira de Melo tomou conta da pasta da Fazenda, fê-lo decidido a cortar com o passado e a arrumar a casa. Reactualizando as velhas lições de Silva Carvalho, apostou em capitalizar a dívida e recorrer aos empréstimos externos (decretos de 3-12-1851 e de 18-12-1852), inaugurando um modelo financeiro e desenvolvimentista que vigoraria até à crise dos anos 90 — a tetralogia de Fontes: os empréstimos destinavam-se a inundar o país de modernizantes vias férreas, o que supunha um acordo com os credores da dívida; os encargos desta nada tinham de alarmante, na medida em que a decorrente criação de riqueza e o natural aumento dos impostos viriam a cobri-los²⁰. No entusiasmo fundador de 1851, ninguém sequer punha a hipótese de estar a hipotecar o futuro, julgando estar a garantir o presente. É certo que, quando o sistema fontista entrou em derrocada nos anos 90, veio a verificar-se que a política de endividamento externo não comprara a equiparação de Portugal às nações europeias mais desenvolvidas. Mas também é justo reconhecer que, apesar dos sobressaltos pontuais, o modelo fontista foi de facto a mola do desenvol-

¹⁹Cf. Marcelo Caetano, *História Breve das Constituições Portuguesas*, Lisboa, Ed. Verbo, 1965, pp. 54-55.

²⁰Rui Ramos, «O sistema fontista», in *Portugal Contemporâneo* (dir. de António Reis), vol. 2 (1851-1910), Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 129-130.

vimento infra-estrutural e económico do país (insuficiente que tenha sido) durante a segunda metade do século XIX.

IV. A EVOLUÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA DOS ANOS DE 1851-1861

Em virtude das características gerais do modelo de funcionamento do período regenerador atrás recenseadas, a década de 50 foi politicamente marcada por um alargado desígnio de consenso, vertido numa orientação reconciliadora e centrista, a um tempo ordeira e reformista, e essencialmente desideologizada e tecnocrata²¹. O resultado mais imediato desta nova lógica de relacionamento político entre as partes foi o reforço de uma intrínseca *vocação centrista* da Regeneração, cujos efeitos mais visíveis se alimentavam e reforçavam mutuamente: a incipiência dos processos de estruturação e diferenciação dos «partidos» (já distintos das facções, mas ainda aquém da cristalização obtida pelo rotativismo dos anos 70-80), a maleabilidade das práticas transformistas, o carácter unificado e concêntrico da elite política, a contiguidade programática entre as parcialidades em cena, a inexistência de clivagens radicais no interior do sistema potenciadas pela ameaça de alternativas exteriores. Tudo isto conduzia, finalmente, à atracção pela ideia do bloco central, da reconciliação suprapartidária ou apartidária — aquilo a que, humoristicamente, no léxico da época, se chamava a «fusão pasteleira».

Daqui decorre uma constatação essencial a fazer: durante a década de 50 e presumivelmente ainda durante a década de 60, o processo histórico de progressiva diferenciação e rivalidade quotidiana entre as diversas forças políticas actuates que a história regista correu lado a lado com uma retórica e com um discurso fusionistas, evidenciando uma contradição entre a *cultura política* e a *prática partidária*, entre a *teoria* e a *acção*, que marca bem a identidade de transição desses anos. É nessa medida que o estudo da política e dos partidos durante o período em análise implica um duplo enfoque: o das imagens, ou *leitmotifs*, produzidos pela cultura política de então, e a forma como, empiricamente, o processo político-partidário se desenvolveu. Dasquelas já se cuidou; trata-se agora, portanto, de acompanhar mais de perto a evolução deste.

²¹ Provando a sincronia dos processos históricos ibéricos, semelhante desafio dominava também a agenda política espanhola. Durante a década de 50 e parte da de 60, a história política de Espanha foi condicionada pelo desígnio genérico de «reconciliar a liberdade e a ordem», tarefa que partidariamente supunha formar um «grupo liberal», «*potpourri* dos partidos históricos, que excluísse os extremos da revolução e da reacção» (Raymond Carr, *Spain, 1808-1975*, Oxford, Clarendon Press, 1991, pp. 257-258).

IV.1. OS PRIMEIROS EQUÍVOCOS DA RECONCILIAÇÃO NACIONAL:
SALDANHA ENTRE OS CARTISTAS E OS PATULEIAS
(ABRIL DE 1851-NOVEMBRO DE 1851)

O pronunciamiento de Abril de 1851 foi o culminar de um projecto pessoal do duque de Saldanha, embora compartilhado pelo grosso das notabilidades anticabralistas, visando obter a reconciliação centrista da família liberal portuguesa. Nesta óptica, ele aparece como a concretização de uma série de esforços que remontavam, pelo menos, de forma visível, ao Verão de 1846. Na verdade, ao tomar conta do governo, na sequência da chamada «emboscada» do 5-6 de Outubro desse ano, Saldanha vinha para o poder resolutamente decidido a remover o conde de Tomar da cena política portuguesa. Até meados de 1849, no entanto, por força de ser, teoricamente, o líder da direita cartista contra a esquerda patuleia (os dois campos que se haviam digladiado na guerra civil de 1846-1847), Saldanha viu-se constrangido a aparecer como o factótum de Cabral, numa aliança táctica e informal, destinada a durar apenas e só o tempo que a esquerda levasse a silenciar a sua cauda radical, tornando-se suficientemente respeitável para Saldanha com ela se relacionar ao centro.

Quando, em Junho de 1849, a propósito de projectadas mexidas nos batalhões nacionais recusadas pelo Paço, Saldanha se demitiu, cedendo o lugar a Cabral, a farsa que grassava no campo da(s) direita(s) cartista(s) pôde, enfim, terminar. Liberto dos contrangimentos governamentais que o obrigavam a uma perigosa duplicidade, o marechal duque apressou-se a romper a situação de refém em que até aí estivera face à ala cabralista, deslizando para o centro, onde, de 1849 a 1851, recolheu o *back-up* civil necessário para derrotar o velho rival.

Esse *back-up* civil forneceu-o o então denominado «Partido Nacional», uma associação, naturalmente heterogénea, de progressistas anticabralistas que, na essência, reproduzia a esquerda patuleia de 1846, a mesma que politizara já a revolta da Maria da Fonte contra os Cabrais. O «Partido Nacional» apresentou-se, de forma oficial, nos finais de Outubro de 1849, com uma declaração programática toda virada para auscultar a determinação pública na luta contra Cabral. Com um discurso de tipo fusionista, presumivelmente destinado a piscar o olho a Saldanha e a Rodrigo, falava em fazer da oposição ao «tirano» (Cabral) «um só corpo» e «uma só vontade»²². O rol de signatários era extenso, reunindo a nata anticabralista, desde o centro-direita de Joaquim António de Aguiar até às esquerdas mais ou menos radicais de Rodrigues Sampaio, Casal Ribeiro, Latino Coelho ou Leonel

294 ²² *O Patriota* e *A Revolução de Setembro*, 24 e 25-10-1849. O manifesto então publicado datava de 17 de Setembro desse ano.

Tavares Cabral, passando pelo centro-esquerda de Antas, Loulé, Passos, Braamcamp ou Sá da Bandeira. Em Novembro de 1849, o «Partido Nacional» elegia uma comissão permanente directora dos trabalhos oposicionistas, vindo a entregar a presidência da mesma ao marquês de Loulé²³.

As reacções às movimentações do «Partido Nacional» não se fizeram esperar. À direita, a imprensa cabralista denunciou a «monstruosa coligação», vertendo sentido ódio sobretudo por José Bernardo da Silva Cabral aparecer como cúmplice silencioso da iniciativa contra o irmão. Mas também à esquerda do bloco representado no «Partido Nacional» se fizeram ouvir vozes radicais críticas. Um panfleto de Andrade Corvo (na altura um destacado porta-voz lisboeta do radicalismo de extrema-esquerda) levantava-se contra o programa da oposição pela tibieza de querer «progressos pausados e sucessivos» nas liberdades pátrias²⁴. Ora justamente a existência de uma falange crítica da iniciativa do «Partido Nacional» acantonada à sua esquerda ajuda a compreender melhor a posição que aquele ocupava no espectro político de então. A inclusão de Joaquim António de Aguiar, bem como a própria tonalidade centrista e reconciliadora do seu discurso, permitem afirmar que, partindo, é certo, da esquerda de 1846-1847, o «Partido Nacional» deslizava já para o centro, ao encontro dos planos fusionistas de Saldanha, afastando-se, assim, progressivamente, da esquerda irredutivelmente radical.

A convergência centrípeta entre Saldanha e o «Partido Nacional», entre o centro-direita e o centro-esquerda, daria ainda, evidentemente, azo a inúmeras rivalidades e disputas mútuas, sob o pano de fundo de uma cumplicidade estratégica. Por ora, ou seja, antes de chegado o momento de determinar quem mandaria na futura situação pós-cabralista, era o conde de Tomar o centro de todas as atenções e o alvo de todos os ataques. E não vinham estes apenas do centro e da esquerda. O próprio bloco cabralista, sustentáculo do governo, não revelava já a consistência e o poder dos anos de 1842-1846. Cabral chegara a ser o onnipotente rosto da direita liberal portuguesa. Nas vésperas da Regeneração, essa mesma direita estava retalhada entre a facção governamental cabralista, a facção ultra de José Bernardo e as facções mais centristas de Saldanha e Rodrigo²⁵. Foi precisamente este estilhaçamento da direita cartista liberal, deixando cada vez mais isolado e enfraquecido o conde de Tomar, que contribuiu para o desfecho de 1851.

²³ *O Patriota*, 6-11-1849.

²⁴ João de Andrade Corvo, *Falou a Oposição!*, Lisboa, Tipografia da Revista Universal Lisbonense, 25-10-1849, pp. 4-5.

²⁵ José Augusto Barbosa Colen, *História de Portugal de Manuel Pinheiro Chagas continuada desde a chegada de D. Pedro IV à Europa até aos nossos dias*, Lisboa, Tipografia da Livraria Moderna, 1906, t. xi, p. 470.

Ao longo do ano de 1850, o governo de Cabral foi sendo enredado em sucessivos escândalos, que tumultuavam as sessões parlamentares, incendiavam a imprensa e paralisavam a acção do executivo sobre o país. A arrogância do presidente do Conselho, cujos amigos desertavam diariamente, antevendo já a sua inevitável queda, nada o ajudava na sua defesa. E mais periclitante a sua situação ficou quando, por claro furor persecutório, decidiu assestar baterias sobre Saldanha. O duque, igual a si próprio, gravitava na órbita do «Partido Nacional», como uma reserva dourada a chamar para o pós-cabralismo. Para lhe aniquilar toda e qualquer influência pública, Cabral conseguiu que a rainha o demitisse dos cargos de mordomo-mor do Paço, vogal do Supremo Tribunal de Justiça Militar, 1.º ajudante de campo do rei e conselheiro de Estado. Uma chuva de panfletos oposicionistas apressou-se a expor à consideração pública este saneamento aberrante²⁶.

Embalado pela agonia final do cabralismo, Saldanha levava lentamente a água ao seu moinho. Já poucos se lembravam de que o duque fora formalmente cabralista entre 1846 e 1849. E os poucos que se lembravam disso estavam convenientemente dispostos a esquecê-lo. Era o caso da esquerda d'*A Revolução de Setembro*, oficioso porta-voz do «Partido Nacional», que se havia adesivado ao duque tão logo ele tornara públicas as desavenças com Cabral. Reconhecendo que ele era, como então cantavam os seus panegiristas, a «atração de todos os pensares»²⁷, dispôs-se, pressurosamente, a oferecer ajuda a Saldanha na sua luta contra Costa Cabral.

Dado que, dentro da legalidade constitucional, pela via parlamentar ou através do Paço, os intuitos oposicionistas eram impossíveis de realizar, restava a revolução armada para demolir o governo. A 7 de Abril de 1851, o marechal duque levantou, enfim, a espada, atrás da qual a nação se apresentava para, finalmente, expulsar o odiado conde de Tomar. Dois dias antes o conde das Antas, em nome do «Partido Nacional», tratara de lhe prometer incondicional apoio²⁸. Saldanha, no entanto, seguro do seu alto prestígio militar, recusou envolver civis no golpe, interessado que estava, pessoalmente, em aparecer como caudilho militar liberto de quaisquer dívidas para com os políticos.

²⁶ Entre os mais importantes panfletos da «guerra» Saldanha-Tomar, todos datados do terrível ano de 1850, vejam-se *O Duque de Saldanha e o Conde de Tomar*, José da Silva Mendes Leal, *O Conde de Tomar e o Duque de Saldanha* (resposta), José Barbosa de Figueiredo Castelo-Branco, *A correspondência do Marechal Duque de Saldanha e o jornal A Lei*, Roussado Gorjão, *O folheto do nobre Duque de Saldanha ou os seus detractores desmascarados*, e a *Intriga palaciana ou os planos ocultos de uma facção*.

²⁷ *A Voz da Razão ou a linguagem pura d'um cidadão imparcial dedicada a Sua Ex.ª o Duque de Saldanha, Marechal do Exército*, Lisboa, Tipografia Nova, 1851, p. 13.

²⁸ Conde da Carnota, *Memoirs of Field-Marschall The Duke de Saldanha with selections of his correspondence*, Londres, John Murray, Albemarle Street, 1880, vol. II, p. 268.

Sucede que as operações militares planeadas não correram pelo melhor²⁹. O rei D. Fernando foi despachado para o terreno em defesa da legalidade estabelecida, o que, evidentemente, cavou divisões e hesitações nos corpos militares. Depois de um périplo por Sintra, Leiria, Coimbra, Viseu e Porto, Saldanha julgou-se perdido e tomou o caminho da Galiza, num acto que o governo logo celebrou como a confissão da derrota. Foi então que a cidade do Porto — ainda o bastião da Junta de 1846, com José Passos à cabeça — assegurou a Saldanha a reviravolta, repondo-o plenamente na luta contra Cabral e oferecendo-lhe a vitória. Significava isto que, no fim de contas, fora o centro-esquerda do «Partido Nacional» a viabilizar o pronunciamento saldanhista. Por consequência, o duque contraía, assim, uma dívida política que a seu tempo teria de ser paga e que por longos meses o obrigaria a navegar entre os cartistas e os patuleias. A 1 de Maio de 1851, o conde das Antas, auscultado no Paço em representação do «Partido Nacional», fez ver à rainha que, dadas as circunstâncias, só havia um homem a chamar: Saldanha. Sem o conhecimento do marechal duque, mas com a óbvia certeza da sua posterior anuência, D. Maria nomeou-o presidente do Conselho, entregando-lhe nas mãos o seu próprio destino.

Conhecido o desfecho vitorioso do golpe anticabralista, o país político assistiu a uma autêntica corrida contra o tempo, com as diversas parcialidades em cena acotovelando-se para cortejarem e instrumentalizarem o duque. D'O *Estandarte*, de José Bernardo, ao *Patriota*, dos radicais, todos procuravam salvaguardar, sob a postura da benevolência expectante, uma proximidade mínima e lucrativa face a Saldanha. Quem não tinha quaisquer cerimónias em dizer ao que vinha era *A Revolução de Setembro*, ou seja, o «Partido Nacional». Renegando explicitamente passados sonhos democráticos e radicais, proclamava lapidariamente: «O duque é todo nosso³⁰.»

Que o duque não pretendia ser de ninguém, senão dele próprio, prova-o o comportamento que teve, ainda estacionado no Porto, em Abril-Maio de 1851. O grosso da direita, com a rainha à cabeça, pedia-lhe que regressasse a Lisboa por mar e sem delongas, temendo os compromissos com a esquerda que o duque pudesse assumir no Norte; o grosso da esquerda, por seu turno, acenava-lhe com a possibilidade de uma regência e rogava-lhe que viesse por terra, numa marcha triunfal, rodeado por batalhões populares. Entre os cartistas e os patuleias Saldanha ia tergiversando, preocupado sobretudo em

²⁹A mais detalhada narração cronológica de todas as movimentações militares de parte a parte durante todo o mês de Abril de 1851 vem incluída no panfleto *El Rei e o Duque de Saldanha ou exposição de alguns factos mais notáveis da revolta do Duque de Saldanha para servirem de auxílio à História Contemporânea por um conimbricense*, Coimbra, Imprensa da Universidade, Maio de 1851.

³⁰ *A Revolução de Setembro*, 28-4-1851.

reunir uma força militar que lhe permitisse dispensar negociações ou cedências a partidos quando chegasse a Lisboa e em dar execução ao que já todos sabiam ser o seu desígnio pessoal — a criação de uma plataforma de governo ao centro, sem se incompatibilizar fosse com quem fosse.

Saldanha desembarcou no cais da Pampulha, em Lisboa, a 15 de Maio de 1851. Dando-se ares de Washington português, tomou conta do governo a 17 para, cinco dias mais tarde, proceder à primeira remodelação governamental. Sob a batuta inspiradora de Herculano, entraram para o governo Pestana, Soure e Loulé. Que significava isto? Que, por ora, fora o «centro-esquerda», numericamente dominante no «Partido Nacional», que lograra empalmar o golpe de Saldanha, chamando a si o controle do executivo. Tratava-se de cobrar, em Maio, a dívida contraída pelo duque no Porto, em Abril. Imediatamente a ala cartista, também ela interessada em tutelar o duque e patrimonializar a vitória, exibiu o seu descontentamento, por se ter visto ultrapassada pelos setembristas patuleias. Silva Carvalho e, sobre todos, José Bernardo e Rodrigo intimaram o duque a reequilibrar as coisas. De um modo geral, o duque mostrou-se exasperado e ensaiou expedientes dilatórios, reforçando na opinião pública a crença de que Saldanha «numa noite adormecia patuleia, no dia seguinte acordava moderado»³¹.

A nova lei eleitoral de 20 de Junho assegurava mais uma satisfação à esquerda, ao entregar-lhe o controle sobre as comissões de recenseamento — instância crucial para a «fabricação» das eleições. Constatando que a situação se inclinava perigosamente para o lado patuleia, Saldanha tratou, enfim, de a equilibrar. A 7 de Julho de 1851 remodelou o governo, trocando Loulé, Pestana e Soure por Fontes Pereira de Melo e pelo impaciente Rodrigo da Fonseca. O inconfessado objectivo da operação era o de domesticar a pressão esquerdista do «Partido Nacional», temperando-a, ou diluindo-a, através da presença no executivo de elementos oriundos do centro-direita.

A remodelação de Julho de 1851 foi um facto de importância político-partidária fundamental. Através dela, a Regeneração saldanhista definia o seu espaço de execução privilegiado, embora não exclusivo — o centro-direita do leque liberal. E isto porque, sem ser imediatamente perceptível, atrás do demitido Loulé começou a desenrolar-se a história da futura dissidência progressista histórica, que mais tarde daria origem ao Partido Histórico. Por contraposição, começava também a divisar-se o essencial do ministério saldanhista, que se prolongaria até 1856, na sua qualidade de embrião do futuro Partido Regenerador³².

³¹ Barbosa Colen, *História de Portugal*, vol. xi, p. 594.

³² Para as manobras de bastidores que rodearam a remodelação de Julho de 1851, v. sobretudo, F. J. Pinto Coelho, *Contemporâneos Ilustres: Fontes Pereira de Melo*, Lisboa, Tipografia da Rua dos Calafates, 1877, pp. 28-29, José de Arriaga, *Os últimos 60 anos da Monarquia. Causas da Revolução de 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1911, pp. 40-41, bem como o sempre vigilante jornal *O Patriota*, números de 5 a 8-7-1851.

A contenda política entre cartistas e patuleias em torno do governo de Saldanha, agora inclinada a favor dos primeiros, reapareceu em força no final do Verão de 1851, na preparação das eleições aprazadas para Novembro. À parte o legitimismo miguelista, que se decidiu, contra a vontade da sua ala urneira, pela abstenção ao acto eleitoral, todas as parciais liberais se alinharam para o combate. Ao centro, numa dúbia relação de cumplicidade/rivalidade, o governo saldanhista tinha como grande esteio apoiante o bloco progressista contido no «Partido Nacional». Contra as forças cabralistas d'*A Lei* e d'*O Estandarte* (José Bernardo, não tendo alcançado a almejada pasta ministerial, bandeara-se de novo para a falange do irmão!), *A Revolução de Setembro* apresentava-se como o principal sustentáculo do governo, embora com uma postura de independência vigilante, mais progressista do que servilmente ministerial. Donde decorria que a identificação entre o bloco progressista nacional e o governo saldanhista estava longe de ser imediata e incondicional³³. O «Partido Nacional» devorara ressentido a remodelação de Julho, mas mantinha o conluio com Saldanha para lhe travar demasias conservadoras; por seu lado, o governo tinha de contar com ele para viabilizar o executivo no parlamento, ainda que, à cautela, se esforçasse por subjugar-lo a seu gosto, com a necessária dose de duplicidade e flutuação política requerida. Para o efeito, Rodrigo lançou o jornal *A Reforma* com um discurso convenientemente entusiasta do fusionismo suprapartidário e empenhou-se em reforçar a máquina eleitoral cartista para evitar ficar refém do centro-esquerda.

O ocorrido em Lisboa espelha bem o que foi a contenda eleitoral: o governo tratou de patrocinar listas multipartidárias, concebidas sob a égide da Comissão Progressista, ou seja, do «Partido Nacional», onde se misturavam cartistas, patuleias e mesmo alguns radicais, convertidos ou momentaneamente seduzidos. O cozinhado traduzia algo de essencial: que o governo assegurava aqui, em Novembro de 1851, e após seis meses de intriga política, a constituição de um bloco de apoio à Regeneração, integrando centro-direita e centro-esquerda. Viabilizava-se, desta forma, uma unificação mínima da classe política num bloco centrista de apoio ao regime, facto que, saliente-se, não excluiu a sua posterior fragmentação interna no decurso da década.

Os resultados eleitorais não deixaram dúvidas: o bloco progressista, de conluio com os agentes do governo, triunfou em toda a linha, esmagando os

³³ A título de exemplo, escrevia *A Revolução de Setembro*, após as eleições, a 17-11-1851: «Não temos propósito de intimidar os ministros. O apoio do Partido Progressista não pode senão ser condicional [...] sem o apoio deste partido não é possível governo estável nem prestadio [...] se os ministros se quiserem subtrair ao influxo do tempo e ao clamor uníssono da nação (de que justamente o jornal se proclamava privilegiado intérprete), nenhuma maioria lhe valerão.»

cartistas-cabralistas. Saldanha ganhava, assim, uma base de apoio parlamentar bastante ampla, embora não totalmente sob o controle do governo. As crónicas do tempo referiam-se à nova maioria parlamentar como essencialmente «multicolor» e «pasteleira»³⁴. Como não é difícil imaginar, a breve trecho a «pastelaria», ou seja, a híbrida junção, na falange pró-governamental, de cartistas de centro-direita e de patuleias de centro-esquerda, daria maus resultados.

IV.2. A FRAGMENTAÇÃO INTERNA DO BLOCO CENTRAL PROGRESSISTA (NOVEMBRO DE 1851-DEZEMBRO DE 1852)

O primeiro parlamento regenerador, reunido de Novembro de 1851 a Julho de 1852, assentava a sua viabilidade sobre uma espécie de acordo de cavalheiros entre o governo e o «Partido Nacional». Apesar de votado ao interesse nacional suprapartidário, como quase unanimemente se garantia na imprensa, o arranjo não impediu que a definição concreta desse mesmo interesse nacional fosse tarefa problemática, gerando crescentes conflitualidades políticas ou, simplesmente (o que em política não é para desprezar), ferindo susceptibilidades pessoais. Sucedeu que o progressismo governamental se fez com sinais de crescente crispação e intolerância «partidária» face à representação nacional.

A história do primeiro parlamento saldanhista foi a de um progressivo distanciamento entre o governo e a maioria progressista, recorde-se, dominantemente de centro-esquerda, e com a qual, portanto, o executivo não tinha uma relação de *simbiose*, mas de *pacto*. Como várias vezes reconheceu o jornal ministerial *A Reforma*, a câmara tinha «quatro grupos, direita, esquerda e dois centros»³⁵. Foram justamente as desinteligências entre os dois centros que conduziram ao desfecho da legislatura: a dissolução parlamentar de Julho de 1852. A mesma maioria que, saída das eleições, prometera apoio ao governo transmutou-se em maioria oposicionista. O móbil da crise foi a recusa do centro-esquerda da câmara em viabilizar as medidas financeiras da ditadura de 1851, mormente os decretos referentes à dívida, promulgados por Fontes Pereira de Melo.

É certo que a oposição movida pelo centro-esquerda estava longe de constituir um obstrucionismo parlamentar contínuo, visto que os piores inimigos do governo estavam ainda à sua direita, capitaneados agora por António José de Ávila. Saliente-se, a propósito, que os intentos de Ávila já não eram representar o cabralismo ausente, mas dar expressão, primeiro parlamentar, depois política, a uma ecléctica família (tão importante no decurso da década de 50 quanto

³⁴ João Bernardo da Rocha, *Revista de Portugal*, Lisboa, Tipografia da Rua da Bica, 1851, p. 47.

³⁵ *A Reforma*, 23-1-1852.

ignorada pela historiografia) denominada o «avilismo»³⁶. Fosse como fosse, o facto é que a pública dimensão de concórdia e de unidade que o bloco central até aí salvaguardara rompeu-se em Julho, revelando algo de essencial, embora omitido por razões de oportunidade: que a maioria do parlamento saldanhista estava demasiado à esquerda do governo para com ele poder assegurar uma concórdia centrista. Portanto, também dentro da representação parlamentar, a surda disputa entre cartistas e patuleias causava os seus estrangulamentos.

A dissolução de Julho de 1852 constituiu uma fronteira, o culminar de um primeiro e preliminar processo de fragmentação interna do bloco progressista, iniciado com a remodelação ministerial de Julho. O mesmo é dizer que o decreto de dissolução parlamentar pode ser considerado a «certidão de nascimento» da dissidência progressista que conduziria ao futuro Partido Histórico.

As eleições de Dezembro de 1852 constituiriam mais um passo em frente neste processo. Durante a preparação do acto eleitoral, Rodrigo — o ministro do Reino — expôs a Saldanha os intentos governamentais: conseguir um novo parlamento menos centrado à esquerda (isto é, mais dócil e menos independente face ao espaço privativo do governo, que era o centro-direita) e que acatasse prontamente os ditames ministeriais³⁷. Do lado do «Partido Nacional», representado na Comissão Central Progressista de Lisboa, as manobras de Rodrigo levantavam desagrados; todavia, e apesar dos dissabores de Julho, era ainda como sustentáculo da política progressista do governo que ele se preparava para ir à urna. Tal como em 1851, o manifesto eleitoral traduzia um espírito reconciliador e fusionista, apelando aos eventuais dissidentes para não fraccionarem o bloco central pró-regenerador³⁸.

Todavia, o fusionismo que proclamavam já não era tão bem recebido entre as hostes progressistas como o fora no ano de todas as esperanças, em 1851. O governo bem se esforçava para chamar a si os descontentes de Julho. Alguns aceitaram o convite — Rodrigues Sampaio, Casal Ribeiro, José Estevão, que, oriundos das hostes do «Partido Nacional», aceitaram transmutar-se em advogados do executivo. Outros descobriram ou renovaram uma atitude de desconfiança face ao governo. Como imparcialmente retratavam os legitimistas, «reinava a desinteligência» no «Partido Progressista»: uns votavam pela «transacção» (ou seja, pela continuação do apoio do centro-esquerda ao governo); os outros (ou seja, parte do progressismo de es-

³⁶ V., acerca do posicionamento político de Ávila em 1852, *Discursos do Senhor Deputado António José de Ávila na discussão das leis da ditadura e com especialidade sobre o decreto de 3-Dezembro-51 proferidos em diversas sessões do mês de Julho de 1852*, Lisboa, Tipografia de A Lei, 1852.

³⁷ Simão José da Luz Soriano, *Vida do Marquês de Sá da Bandeira e reminiscência de alguns dos sucessos mais notáveis que durante ela tiveram lugar em Portugal*, Lisboa, Tipografia da Viúva Sousa Neves, 1887, pp. 360 e 368-369.

³⁸ *A Revolução de Setembro*, números de 17-11-1852, 3-12-1852 e 7-12-1852.

querda puxado pelo radicalismo) declaravam-se indisponíveis para servirem de instrumento eleitoral do executivo³⁹.

As eleições saldaram-se por uma confortável vitória das listas governamentais. Há, no entanto, duas coisas que convém reter do rescaldo eleitoral. A primeira foi a duplicidade do governo face à falange progressista, de que maioritariamente dependia. Ao mesmo tempo que baralhava as listas progressistas dissidentes, conseguindo infiltrar-lhes alguns nomes das listas governamentais (por exemplo, em Lisboa), cuidou de que, no cômputo final, importantes políticos esquerdizantes, porventura os que mais haviam expressado reservas contra o protagonismo de Rodrigo, contra as ditaduras e contra a dissolução, não transitassem da câmara de 1851 para a de 52⁴⁰. Com isto, ou seja, ao reforçar o seu progressismo de centro-direita, o governo empurrava, mesmo sem o assumir publicamente, o progressismo de centro-esquerda para a organização de uma oposição dissidente. Eis o que os anos de 53-56 iriam desenvolver.

Mas a obra eleitoral do governo não ficara por aqui. Na realidade, a análise da competição eleitoral de Dezembro de 52 permite reconstituir uma intriga verdadeiramente kafkiana, montada pelo executivo para silenciar de vez o radicalismo, que errava incerto, mas sempre incendiário, na extrema-esquerda do liberalismo. Apesar de já enfraquecidos, por circunstâncias internas e externas, os radicais, ou «irracionais», como ao tempo o vocabulário liberal respeitável se lhes referia, continuavam a agitar a plebe lisboeta através d'*O Patriota* de Leonel Tavares Cabral. Ora, alarmado pela força exibida pelos «clubes exaltados» aquando das eleições de 1851, o governo temia que o radicalismo conseguisse cavar divisões centrífugas no bloco progressista — minando assim o geral desígnio reconciliador de então. Por outras palavras, o governo só poderia confiar verdadeiramente no apregoado ministerialismo do Partido Progressista se lograsse separar, na peneira das eleições, o progressismo centrista do progressismo radical.

Foi o que tratou de fazer, maquiavelicamente, a propósito da elaboração das listas eleitorais em Lisboa, nos primeiros dias de Dezembro de 52. Leonel Tavares Cabral figurava na lista progressista dissidente do círculo 27. O governo, para promover Fontes Pereira de Melo e garantir a sua eleição não só na lista do governo, mas também na lista da oposição, insistiu com o directório progressista para que passasse Leonel para o círculo 28, em cuja

³⁹ *A Nação*, 12-10-1852.

⁴⁰ Foram os casos, de entre todos os mais paradigmáticos, de Anselmo Braamcamp, Joaquim Filipe de Soure, José Inácio Derramado, José Passos e Leonel Tavares Cabral. Só assim se compreende, por outro lado, a omnicitada imagem da docilidade da câmara de 1853-1856 face à política do ministério regenerador — pelo menos até ao momento em que o infatigável Fontes recomeçou a insistir na sua política financeira.

lista entraria em último lugar. Os radicais, obviamente, denunciaram a manobra como uma cabala governamental para os afastar. Trabalho perdido. Não só Leonel não logrou a reeleição, como também Passos e Braamcamp acabaram excluídos do novo parlamento.

A ilação a tirar do episódio era simples: tratara-se de uma execução silenciosa do radicalismo levada a cabo no interior do próprio bloco progressista. Leonel demitiu-se da Comissão Central Progressista (da qual era secretário), agastado com a traição, e definhou politicamente, como o prova o desaparecimento do seu órgão de imprensa, *O Patriota*, em Abril de 1853. Com o encerramento d'*O Patriota* (sintomaticamente substituído pel'*O Portuguez*, um jornal de oposição mais centrista, mais cordato, mais moderado, que viria a ser o órgão oficial dos históricos) concluía-se, assim, a progressiva morte do radicalismo político, iniciada em 1848 e agravada em 1851. Doravante, a política esgotava-se no centro, na competição, sempre mais pessoal do que programático-ideológica, entre o centro-direita regenerador e o centro-esquerda dissidente. Era o sinal dos tempos e a expressão palpável da vocação centrista da Regeneração: quem quisesse continuar a ser radical deixaria definitivamente de ser ouvido; quem quisesse ser ouvido teria de deslizar mais para o centro, deixando definitivamente de ser radical.

IV.3. O SEGUNDO GOVERNO SALDANHISTA E A LENTA ESTRUTURAÇÃO DA DISSIDÊNCIA PROGRESSISTA HISTÓRICA (DEZEMBRO DE 1852-JUNHO DE 1856)

Se se quiser ser rigoroso, pode afirmar-se que a primeira tomada de posição oposicionista da dissidência progressista histórica ocorreu a 11 de Abril de 1853, com o aparecimento do jornal *O Portuguez*. O seu primeiro editorialista, anónimo, era nem mais nem menos que Alexandre Herculano, já zangado com os amigos de 1851 e sobretudo inimigo de Rodrigo e Fontes. A conjuntura não podia ser mais propícia. Durante esse mês de Abril, o parlamento discutia o *bill de indemnidade* pedido pelo governo ao grosso pacote legislativo das duas ditaduras (2.^{os} semestres de 1851 e 1852). A 25 de Abril, perante a raiva da extrema-direita de Ávila e Correia Caldeira e a impotência do centro-esquerda, a medida foi aprovada, concedendo ao governo regenerador a plena sanção constitucional para toda a obra realizada na «clandestinidade» ditatorial.

Para a trindade Saldanha-Rodrigo-Fontes, essa importantíssima vitória parlamentar de Abril de 1853 constituiu um considerável reforço de posição. Simetricamente, portanto, foi exactamente por essa altura que a difusa dissidência progressista histórica de centro-esquerda julgou por bem sair do seu letargo, dotando-se de discurso e de organização para fazer face ao executivo, autonomizando-se como sua alternativa. Justamente, a história político-

-partidária dos anos de 1853, 1854, 1855 e 1856 não é mais do que a história da lenta individualização de progressistas regeneradores e progressistas históricos, periodicamente interrompida por contraditórias tentativas de aproximação ou conciliação, quando o oportunismo político o aconselhava, quando as parecenças programáticas e as flutuações ideológicas o facilitavam ou quando a nostalgia do grande e único partido progressista de reconciliação nacional o sugeria⁴¹.

Que visões e expectativas tinham acerca da Regeneração os dissidentes de centro-esquerda? Eis o que *O Portuguez* se empenhou em demonstrar, valha a verdade, as mais das vezes de forma bastante insubstantiva. Regra geral, atrás das considerações doutrinárias de Herculano acerca da romântica superioridade do progresso moral e sócio-político dos indivíduos sobre o mero progresso material⁴², a estratégia definida era invariavelmente a mesma: desgastar o executivo, apontando a distância que mediava entre as promessas conciliadoras apregoadas em 1851 e a prática política cada vez mais «partidarizada» e «corrupta», e apresentar-se à opinião pública como a verdadeira parcialidade progressista. Eis aqui uma constatação essencial a fazer: é que, do ponto de vista programático, ao nível daquilo a que hoje se chamariam as grandes opções do plano, os futuros históricos não rompiam abertamente com os regeneradores, uma vez que, geneticamente, se inscreviam ambos num mesmo espaço centrista, marcado por um comum desígnio progressista e fomentador. Assim, as linhas do confronto entre as duas parcialidades do centro não materializavam uma verdadeira oposição, apenas uma surda disputa de espaços comuns — ou seja, uma *fragmentação partidária*, mantendo um *consenso programático*.

Perante esta quadratura do círculo, o governo regenerador seguia o seu curso imperturbável. Mais consciência crítica do ministério do que verdadeiro governo-sombra, a dissidência histórica nem sequer internamente se apresentava unida. No Verão de 54 eram pelo menos três as estratégias que a atravessavam: os que, em nome da luta anti-Rodrigo, não desdenhariam estender a mão aos cartistas do *Imprensa e Lei*; os que, em nome de um passado de esquerda, repudiavam essa aliança, preferindo desenvolver, ao invés, campanhas diplomáticas de reconciliação com a parcialidade regenera-

⁴¹ Os únicos trabalhos de referência existentes para esta problemática são os artigos de António Pinto Ravara, «Os partidos políticos liberais na primeira fase do rotativismo parlamentar (1851-1868)», in *Análise Social*, n.º 46, Lisboa, 1976, pp. 363-367, e, sobretudo, «Notas para a história dos partidos políticos em Portugal no período do ministério da Regeneração (1851-1856)», in *Clio — Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, n.º 1, Lisboa, 1979, pp. 91-96. Deve dizer-se, contudo, que o seu excessivo sintetismo dificulta por vezes a compreensão dos alinhamentos políticos e das suas constantes variações.

⁴² Alexandre Herculano, número inaugural d'*O Portuguez*, 11-4-1853.

dora; finalmente, a linha intermédia, que viria no imediato a triunfar, adepta da autonomia da dissidência progressista e do investimento numa estrutura organizativa mais desenvolvida.

Com efeito, em Agosto de 1854, *O Portuguez* convocou o «partido progressista dissidente» para uma reunião magna, destinada a instalar uma comissão central progressista de oposição⁴³. Sob a presidência de Soure, e com a colaboração de Herculano, Braamcamp, Sá Nogueira, Velez Caldeira e Sousa Brandão, entre outros, constituía-se assim o núcleo fundador do Partido Histórico, que viria a público, com este nome, apenas em 1856. Do lado do governo regenerador, a reunião oposicionista foi desqualificada como um «rococó político», que sancionava a divisão da situação progressista em duas igrejas, a «verdadeira» e a «herética», cada qual arrogando-se da «doutrina ortodoxa»⁴⁴. Constata-se, assim, que a história partidária dos primórdios da Regeneração não pode, simplisticamente, ser apresentada a partir de um preconcebido modelo de rotativismo bipartidário assente a partir de 1851, não só porque não podem deixar-se de parte os cartistas-cabralistas e os legitimistas, mas também porque o próprio processo de diferenciação, ao centro, foi lentamente faseado, com momentos altos nos verões de 1851, 1852, 1854 e 1856.

O instrumento em que os dissidentes progressistas históricos apostaram para chegarem ao poder entrou em cena em Setembro de 1855. Era o novo rei D. Pedro V, que então atingia a maioridade, e o trono, depois da morte de D. Maria, em Novembro de 1853, e do decorrente biénio de regência do pai, D. Fernando. Com D. Pedro chegou à mais alta magistratura da nação um estilo político à americana, interventivo, crítico, tutelador, que transformava os ministros em secretários de Estado régios e as reuniões de conselho em árduas batalhas para a autonomia governamental⁴⁵. Não custa compreender que Saldanha, Rodrigo e Fontes, que não tinham chegado à política na véspera, se tenham rapidamente incompatibilizado com o novo monarca. Em resultado, a partir de finais de 1855, a política caseira animou-se: a parcialidade progressista histórica apostou nas desinteligências entre o rei e o governo — de resto, já apertado por uma onda de contestação popular a propósito da questão das subsistências e dos surtos de epidemias — e viu no caso o ensejo para, finalmente, chegar ao poder.

⁴³ *O Portuguez*, 11-8-1854.

⁴⁴ *A Revolução de Setembro*, 30-8 e 10-9-1854.

⁴⁵ Para um perfil político e psicológico de D. Pedro V, v. José Maria de Andrade Ferreira, *Reinado e últimos momentos de D. Pedro V*, Lisboa, 1861, Júlio de Vilhena, *D. Pedro V e o Seu Reinado*, Coimbra, 1921-1922, Augusto Reis Machado, *O pensamento do Rei D. Pedro V*, Lisboa, 1941, e, sobretudo, a compilação dos *Escritos de El-Rei D. Pedro V*, 5 vols., Coimbra, 1923-1930.

O móbil da crise política e o alvo de todas as contestações foram novamente, como em 1852, o ministro Fontes e os seus planos financeiros. Na Primavera de 1856, a contestação parlamentar subiu ao rubro quando foram revelados os termos dos acordos que Fontes estabelecera com os credores estrangeiros em Londres e Paris, no périplo que fizera entre finais de 1855 e inícios de 1856, bem como as respectivas contrapartidas: não só Fontes pedia à câmara que lhe votasse novos empréstimos, como anunciava um próximo agravamento da carga fiscal, arrogando-se a desastrosa máxima de que o povo podia e devia pagar mais. Quem verdadeiramente entalou o governo foi a aguerrida falange cartista-cabralista, inundando o parlamento de representações populares de protesto, e o rei, ao recusar a Saldanha uma fornada de pares destinada a assegurar a aprovação das medidas fontistas na câmara alta. Recorde-se que o pariato estava recheado ainda das fornadas cabralistas da década de 40, nele pontificando o próprio Costa Cabral, que em 1854 regressara ao país para tomar assento entre os pares.

A 6 de Junho de 1856, depois de uma surda guerra entre D. Pedro V e Saldanha — o primeiro fazendo finca-pé na recusa da fornada, o segundo chantagiando o rei com ameaças de demissão e desordem se não fosse satisfeito⁴⁶ —, o monarca triunfou sobre o marechal duque (porventura por o ter já ultrapassado em prestígio entre as fileiras do exército), demitindo o governo e empossando um novo executivo, presidido pelo marquês de Loulé.

Sobre a sucessão ministerial de 1856 já se escreveu muito, enquadrando-a num esquema de rotativismo partidário, segundo o qual o governo regenerador de Saldanha teria dado lugar, por uma transição calculada e pacífica, ao governo histórico de Loulé. Nada disto é remotamente verdadeiro. Primeiro, porque a transição nada teve de pacífico ou de acordado: supôs a muito palpável ingerência régia e a nenhuma ingerência do sucessor Loulé. Segundo, porque a própria escolha de Loulé foi quase um recurso de última hora, como o demonstra o facto de o seu nome ter sido a sexta escolha do rei⁴⁷. Terceiro, porque, em Junho de 1956 Loulé ainda não estava ligado à dissidência progressista histórica, nem o Partido Histórico, de resto, existia já oficialmente. Tudo somado, não houve, portanto, a mais leve sombra de alternância rotativa na sucessão ministerial de 1856.

⁴⁶ W. H. G. Smith, «D. Pedro V e a crise política de 1856», in *Seara Nova*, n.º 1427, Lisboa, Setembro de 1964, pp. 275-278.

⁴⁷ De acordo com Júlio de Vilhena, *op. cit.*, t. 1, pp. 71-72, e José de Arriaga, *Os últimos 60 anos da Monarquia*, pp. 73-74, o rei tentara, sucessivamente, entregar a presidência do governo ao visconde do Lavradio (embaixador em Londres), a Joaquim António de Aguiar (a solução mais «constitucional», dada a maioria regeneradora da câmara), a cada um dos irmãos Passos e ao visconde da Luz. Só depois surgira o nome de Loulé, mais como expediente de recurso do que como escolha voluntária, destinado a travar a continuidade dos regeneradores no governo, por exemplo, com Rodrigo ou Fontes na presidência, ou um precipitado regresso de Cabral ao poder.

IV.4. O GOVERNO DE LOULÉ E A CLARIFICAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA
DO VERÃO DE 56

Do novo presidente do Conselho não podia dizer-se politicamente muito, a não ser que era um daqueles setembristas ordeiros anticabralistas sempre de reserva às necessidades nacionais e, além disso, tio-avô de D. Pedro V. Quanto aos seus ministros, tinham apoiado, na generalidade, as intenções programáticas da administração anterior. Assim, a nova equipa ministerial vinha com o propósito de fazer substancialmente a mesma coisa — cuidar do fomento e da reconciliação da família liberal — apenas com outras pessoas. Do ponto de vista político-partidário, o executivo de Loulé teve o explícito cuidado de se apresentar como independente, equidistante dos progressistas regeneradores e dos progressistas dissidentes. É certo que, a prazo, viria a fundir-se com os segundos. Por ora, no entanto, não era de ninguém; por isso, podia ser de todos. Eis no que a generalidade da imprensa partidária apostava. Todas as parcialidades com representação parlamentar correram a oferecer-lhe apoio, na esperança de, cada qual por seu lado, poderem vir a tutelá-lo e a «partidarizá-lo» em proveito próprio.

Pelos progressistas regeneradores, *A Revolução de Setembro* declarou que seria ministerial se o novo executivo «avantajasse» as «coisas públicas»⁴⁸, expressão demasiado elástica para permitir supor fosse o que fosse. Não obstante, a boa vontade inicial dos agora demitidos materializou-se no parlamento: em Julho de 1856, a maioria regeneradora votou a concessão de um empréstimo ao governo de Loulé para obras públicas e ratificou as alterações feitas na Câmara dos Pares ao acordo fontista com os credores londrinos, que Loulé recuperara e subscrevera. Do lado dos progressistas históricos preparava-se a (óbvia) colagem ao governo, desdobrando-se *O Portuguez* em elogios à transição ministerial. Por último, também os cartistas-cabralistas, na sua qualidade de irredutíveis adversários da administração transacta, se apresentavam ao namoro com Loulé. O facto era politicamente relevante. Começava aqui, em Junho de 56, a transferência de afectos e de apoios cartistas para a área do centro-esquerda histórico. Já não vinha longe o dia em que Ávila, durante anos o incompreendido e ostracizado líder da extrema-direita liberal, haveria de ser ministro às ordens de Loulé. Com isto vinha também à luz, finalmente, um divórcio que já se anunciava, mas que as conveniências haviam mantido disfarçado — o divórcio entre o cartismo de Ávila e o cartismo, mais ortodoxo e ultra, do próprio Costa Cabral.

Se o plano inicial de Loulé era conseguir reunir sob a égide do seu governo todo o leque da família liberal portuguesa, muito em particular logrando a reconciliação das duas parcialidades progressistas ao centro,

⁴⁸ *A Revolução de Setembro*, 7-6-1856.

depressa se constatou a impossibilidade do projecto. O parlamento encerrou os seus trabalhos em Julho de 1856, termo legal da quarta e última sessão da legislatura iniciada em 1852. Por conseguinte, convocaram-se eleições gerais para Novembro de 1856. Pela frente, as diversas parcialidades políticas tinham cerca de quatro meses de trabalhos eleitorais preparatórios. Ora estes vieram a saldar-se, não por uma reconciliação do campo político liberal e por uma atenuação das suas clivagens internas, mas, ao invés, por uma crescente rivalidade e por uma clarificação político-partidária entre os agentes em confronto.

O primeiro aspecto clarificado pelo processo eleitoral do Verão de 56 foi o acelerar da autonomização da dissidência histórica face aos progressistas regeneradores, em termos de espaço político a ocupar e de pessoal político a apresentar. Ao cabo de quatro anos de existência mais ou menos informal, perceberam que seria do seu máximo interesse serem os mais hábeis e os mais rápidos na colagem ao governo de Loulé. Este, por sua vez, se começou por se apregoar suprapartidário, também rapidamente percebeu que teria de pender para o seu lado, na medida em que a dissidência histórica, por partilhar consigo o espaço do centro-esquerda, era quem naturalmente poderia assegurar-lhe uma mais confiável plataforma de apoio. Deu-se, portanto, durante a «campanha eleitoral», um processo de convergência e fusão entre o governo e os dissidentes históricos. E foi da união entre estas duas entidades (governo e dissidentes) que nasceu o Partido Histórico — assim oficialmente designado a partir justamente de Agosto de 56⁴⁹.

Nos princípios de Setembro, a Comissão Progressista Histórica, instalada dois anos antes e entretanto reorganizada sob a presidência do barão de Vila Nova de Foz Côa, fez sair a público o «Manifesto da Comissão Eleitoral Progressista», documento que pode ser considerado o primeiro programa do Partido Histórico. Tratava-se de um longo texto⁵⁰, presumivelmente saído da pena de Herculano, Velez Caldeira e Sá Nogueira, que primava mais pelo ataque destrutivo do que pela sugestão construtiva. Historiava os «erros» e «abusos» da «nefasta» administração saldanhista e arvorava-se em «eco da opinião pública», solicitando um «progresso socialmente mais justo» e um desenvolvimento mais integrado, que não privilegiasse apenas os «adereços materiais». Para o efeito, preconizava aquilo que a prática diariamente demonstrava ser impossível: redução drástica de impostos e recurso patriótico aos capitais nacionais.

No arranque da «campanha» eleitoral, a parcialidade progressista regeneradora não se achava ainda na oposição ao executivo. Em Julho, a *Revolução de Setembro* teorizava uma postura de ministerialismo independente, condi-

⁴⁹ Barbosa Colen, *História de Portugal*, vol. XII, p. 97.

⁵⁰ Vem integralmente reproduzido n' *O Portuguez* de 6-9-1856.

cionado ao *élan* «tolerante», «reformador» e «liberal» que o executivo exibisse⁵¹. Sucede que, na exacta medida em que o governo deixou de ser supra-partidário, inclinando-se para os históricos, os progressistas regeneradores deixaram de ser ministeriais, abandonando a retórica interesseira e tratando de se organizarem como partido de oposição. Foi, portanto, também no Verão de 1856 que o Partido Regenerador se constituiu oficialmente. Depois de alguns encontros preparatórios, divulgados por circular pública n' *A Revolução de Setembro*, a reunião decisiva teve lugar a 14 de Setembro, no Teatro de São Carlos. Nesse dia ficou instalada a comissão permanente do Partido Regenerador, cuja presidência foi incumbida, ao que parece já contra a vontade de Fontes, a Joaquim António de Aguiar.

Para lá da guerrilha centrista entre históricos e regeneradores, a conjuntura político-partidária do Verão de 1856 é o *case-study* ideal para comprovar a ideia de que, pelo menos para a década de 50, constitui assinalável anacronismo e simplificação histórica falar de rotativismo partidário. Isto porque não existiam dois partidos em cena, mas quatro parcialidades: históricos e regeneradores, muito menos estruturados e diferenciados do que seriam o Partido Progressista e o Partido Regenerador nos anos 1870-1880, a que se somavam o Partido Cartista e o Partido Legitimista.

Os interesses cartistas nas eleições de 1856 só aparentemente constituíam uma evolução na continuidade face ao seu posicionamento em 1851-1852. E a ruptura consistia, basicamente, na transmutação da sua identidade, ou seja, no abandono definitivo da ortodoxia dura do cabralismo, em prol de um cartismo «avilista», mais maleável e mais centrista. Desde 1853 que o jornal cartista *Imprensa e Lei*⁵² lançara um cuidadoso véu de silêncio sobre a herança e a figura de Costa Cabral. Chegados a 1856, os homens de Ávila trataram de capitalizar em proveito próprio a onda antifontista, cuidando de moderar o seu passado extremista. No princípio de Setembro, tendo instalado o seu Centro ou Comissão Eleitoral de Lisboa, sob a presidência de Ávila, não poupavam elogios ao programa publicado pela Comissão Histórica, chegando ao despudor de praticamente copiarem as suas ideias na redacção do seu próprio manifesto eleitoral⁵³. Do cartismo puro dos primeiros anos da década preparava-se o salto para o cartismo histórico dos últimos anos da década. Para os regeneradores, e de 1856 em diante, esta perspectiva veio a converter-se numa

⁵¹ *A Revolução de Setembro*, editorial de 25-7-1856. O autor desse texto era o então jovem deputado regenerador José Luciano de Castro, futuro líder do Partido Progressista da esquerda monárquica.

⁵² O *Imprensa e Lei* surgiu em Agosto de 1853 da junção dos jornais cabralistas *A Imprensa* e *A Lei* e era uma espécie de porta-voz oficioso das posições políticas de António José de Ávila e demais «avilistas».

⁵³ *Imprensa e Lei*, 3-9-1856. Não por acaso, *O Portuguez* reproduziu na íntegra e na 1.ª página o manifesto cartista no seu jornal de 7-9-1856.

verdadeira obsessão. Não custa compreender porquê: no dia em que este novo cartismo de centro-direita se aliasse ao centro-esquerda histórico essoutro centro-direita regenerador corria o risco de ser dado como supérfluo.

Por último, a mais sensacional novidade para a temporada eleitoral de 1856 foi a (re)entrada em cena do Partido Legitimista. Ao cabo de cinco anos de «abstenção vigilante», os urneiros puderam cantar vitória, dando início real ao processo de plena integração do legitimismo no campo monárquico-constitucional, ou seja, assumindo as tentativas de cooptação que, desde a década de 40, os liberais vinham desenvolvendo face ao seu «inimigo» exterior. Depois de uma reunião da assembleia geral do partido em meados de Agosto em Lisboa — donde saiu a decisão de concorrer às eleições com deputados seus ou em coligação negociada⁵⁴ —, a máquina eleitoral legitimista começou a espalhar-se por todo o país, com uma amplitude e velocidade notáveis para um partido há muito retirado da competição política activa⁵⁵. Nos meados de Outubro, o jornal *A Nação* publicava a «Exposição e programa da Comissão Central Eleitoral do Partido Legitimista». Com o tom apocalíptico de que nunca abdicaram, declaravam o país «em perigo de naufrágio» e afiançavam que os futuros deputados legitimistas eleitos não seriam nem da oposição nem do governo, mas simplesmente procuradores independentes «de todos os verdadeiros interesses morais e materiais da nação»⁵⁶. Da parte da imprensa liberal, o discurso legitimista não suscitou preocupações de maior. Históricos, regeneradores e cartistas menosprezaram o legitimismo, isto quando não se dedicaram a explorar as suas contradições — um partido essencialmente antiliberal que, invocando insubstantivas desgraças e mal escondendo a sua sede de poder, se predispunha a participar no liberalismo.

IV.5. AS CONTRADIÇÕES DA ESQUERDA E A OFENSIVA DA COLIGAÇÃO ELEITORAL CONSERVADORA (NOVEMBRO DE 1856-MAIO DE 1858)

Vista a multiplicidade de forças políticas em combate, as eleições gerais realizadas a 9 de Novembro de 1856 foram as mais pluripartidárias de toda a década. Aos quatro partidos concorrentes somou-se o próprio governo

⁵⁴ *A Nação*, 19-8-1856.

⁵⁵ A partir do jornal *A Nação* é possível reconstituir a malha organizativa do Partido Legitimista na província: pelo menos 30 comissões distritais foram formadas no espaço de dois meses, abrangendo a generalidade do país: desde Braga e Guimarães até Beja ou Faro, passando por diversas outras localidades mais os menos remotas. Cada uma destas comissões distritais, com um elenco que variava entre os 10 e os 20 elementos, subdividia-se ainda, sobretudo nos grandes centros urbanos, em comissões filiais.

⁵⁶ *A Nação*, 18-10-1856.

como potência eleitora autónoma, apresentando listas próprias, ou combinando-se com os demais partidos. Em Lisboa, por exemplo, o ministro do Reino, Silva Sanches, conseguiu a proeza de fabricar listas governamentais a partir da junção de candidatos das outras listas. Como criticava a imprensa regeneradora e legitimista, «baralhara» as eleições com uma refinada técnica «pasteleira» de se dar com todos ao mesmo tempo e com ninguém em particular. Por junto, o novo parlamento iria ter uma maioria governamental + histórica inquestionável. Mas não foi sob boas cores que o governo abriu a legislatura em Janeiro de 1857. Durante todo o 2.º semestre de 1856 a situação social, sobretudo nos grandes centros urbanos, sofrera um notório agravamento. Com a escassez agrícola viera a inflação das subsistências, a que se somara o pânico popular suscitado pelos surtos de cólera e de febre-amarela.

Partidariamente, a primeira questão política da legislatura foi a formal recusa dos deputados legitimistas eleitos (cinco) em prestarem o juramento regimental de fidelidade às instituições liberais. Na ocasião, históricos, regeneradores e cartistas deram as mãos na recusa de qualquer cedência. Para o campo liberal, o juramento era a garantia da formal cooptação dos legitimistas que entrassem em São Bento; para estes, contudo, tratava-se de um pró-forma já retrógado. O impasse não foi passível de solução. No final de Janeiro, a constituição final da câmara foi ratificada e os cinco legitimistas expulsos do parlamento, em nome de uma intransigência ideológica que, assim, invalidou todo o seu esforço eleitoral. Na oposição crítica ao executivo ficaram, portanto, os regeneradores, cuja informal chefia da bancada parlamentar estava entregue a Fontes e a Casal Ribeiro.

As preocupações políticas de Loulé não vinham só das diatribes regeneradoras; chegavam-lhe também do interior do seu próprio governo, onde a unidade de vistas e de estratégias não era grande. As desinteligências intraministeriais e as constantes remodelações foram a imagem de marca e o grande cancro dos governos históricos chefiados por Loulé. Para os regeneradores, que estiveram na oposição quase ininterruptamente entre 1856 e 1865, os executivos históricos de Loulé estavam permanentemente feridos pela «indecisão», «pela divergência dos ministros», donde decorria a «anarquia nas câmaras», a «demora nas decisões», «a multiplicidade dos incidentes» e a «esterilidade dos resultados». Mais: como a maioria participava «dos defeitos do governo», e como cada membro do gabinete ostentava diversas opiniões, «assim cada deputado da maioria t(inha) um alvitre diferente»⁵⁷. Logo em Janeiro de 1857 José Jorge Loureiro, o ministro da Fazenda, um

⁵⁷A *Revolução de Setembro*, 2-3-1858. Exemplos deste tipo de apreciação regeneradora poderiam ser repetidos até à exaustão.

predilecto de D. Pedro V de passado cartista apartidário, demitiu-se, sendo interinamente substituído por Silva Sanches; em Março regressou da embaixada de Londres Lavradio, um dos mais influentes conselheiros do rei e um dos políticos que o monarca mais gostaria de ver numa pasta ministerial. Perante tudo isto, o aparente alheamento de Loulé alimentava as mais díspares expectativas.

Justamente, o presidente do Conselho era a figura central destes mini-dramas políticos e em torno dele, das suas indecisões e dos seus silêncios se forjou uma imagem histórica bem pouco abonatória dos seus talentos. Que os regeneradores, viperinamente, dissessem que Loulé só ocupava o lugar por o rei estar interessado num chefe de governo apagado e manobrável, é partidariamente compreensível. O problema é que o geral das apreciações comungava desta ideia, reforçando o retrato pouco lisonjeiro de um político despreocupado e ambíguo, acomodaticio, no fundo fusionista e reconciliador, aristocrata pelo sangue e vagamente populista⁵⁸. O facto de as circunstâncias históricas o terem feito líder do Partido Histórico — o partido da esquerda monárquica — constituiu quase uma ironia: um dos mais importantes aristocratas portugueses, aparentado com o rei, aparecia como o caudilho das massas, o paladino do povo!

Do ponto de vista partidário, Loulé tardou a firmar-se como líder incontestado dos históricos. Na realidade, o exame dos elencos das sucessivas comissões eleitorais do Partido Histórico mostra que foi apenas em Dezembro de 1859 que Loulé aderiu formalmente ao partido, substituindo então na sua presidência o barão de Vila Nova de Foz Côa. Em 1857 não era mais do que um centrista puro, pragmático e conciliador e, exactamente por isso, deslocado sempre que precisou de aparecer como um líder de esquerda⁵⁹. Resultou daqui que, durante anos, aquelas forças da esquerda monárquica que na década de 60 se autonomizariam em múltiplas formas — a «unha negra» do Partido Histórico, o reformismo, o novo radicalismo dos *meetings* — desconfiaram de Loulé, sem romperem com ele, mas dando dele a imagem de um frouxo, de um contemporizador, no fundo tão conservador, tão prudente e tão pró-*establishment* da regeneração (aqui entendida como o «espírito da época») quanto os homens que dizia combater.

⁵⁸ Para um retrato conjunto da personalidade política de Loulé, v., por exemplo, a carta de D. Pedro V a Lavradio, 11-8-1857, in *Cartas de D. Pedro V aos seus contemporâneos* (ed. de Ruben Andresen Leitão), Lisboa, 1961, p. 224, Simão José da Luz Soriano, *Vida do Marquês de Sá da Bandeira*, t. II, p. 411, ou Eduardo Tavares, *Galeria Pitoresca da Câmara dos Pares*, Lisboa, Tipografia de J. G. Sousa Neves, 1858, p. 6.

⁵⁹ É sintomático que um historiador radical-republicano como José de Arriaga escrevesse que o verdadeiro chefe dos históricos e da esquerda, no final dos anos 50, não era Loulé, mas José Passos (*A Política Conservadora e as modernas alianças dos Partidos Políticos portugueses*, p. 265).

A proverbial paralisação dos governos históricos tinha muito que ver com a conduta política de Loulé e também com as múltiplas sensibilidades que integravam os seus executivos. Ao núcleo de ministros mais propriamente setembristas (históricos), o acaso ou a necessidade somavam por vezes ministros de outras sensibilidades políticas, à esquerda ou à direita. As remodelações dos governos de Loulé não eram, portanto, meros casos de política menor. Constituíam autênticas revelações de jogos e equilíbrios partidários, traduzindo dessa forma a medida e a cronologia da hibridez ideológica e da duplicidade de compromissos da esquerda histórica.

A remodelação de Março de 1857 teve uma importância fundamental no processo político-partidário da segunda metade dos anos 50. Desprovido do carisma agregador e empreendedor do governo saldanhista, mas seguro da predilecção régia, Loulé solicitou a demissão ao rei, para que este o reempossasse, com carta branca para remodelar a sua equipa e, assim, sanear as surdas dificuldades que já sentia em coordenar o governo. Foi o que aconteceu: a 14 de Março o desprestigiado Silva Sanches (que a oposição regeneradora apostara em abater depois dos malabarismos eleitorais) deu o lugar ao próprio Loulé no Reino; na Justiça saiu Cunha Pessoa e entrou Vicente Ferrer, um dos mais consensuais ministeriáveis do Partido Histórico. Mas as grandes novidades eram a entrada de Ávila para a Fazenda e de Carlos Bento para as Obras Públicas, um ministério cuja obra hibernara desde a saída de Fontes.

Que significou, portanto, a remodelação ministerial? Traduziu a abertura oficial do governo a pessoal do Partido Histórico e do Partido Cartista, ou seja, o acelerar de um processo de partidarização do executivo face ao seu apoiante oficial, o Partido Histórico, e face a um apoiante oficioso que, por variadas razões, Loulé pressentia ser necessário. Mas porquê esta duplicidade, abrindo o flanco, quer à esquerda, quer à direita? O aparente enigma resolve-se com um raciocínio geométrico e uma apreciação ideológica. Já se viu que Loulé era mais um conservador centrista do que um rasgado líder de esquerda; já se viu igualmente que o cartismo, desde o processo eleitoral de 56, estava a transmutar-se num «avilismo» de centro-direita, cúmplice contíguo do progressismo histórico de centro-esquerda. Ora, ao fazer de Ávila e de Carlos Bento ministros, Loulé pretendia quatro coisas. Em primeiro lugar, asfixiar a oposição regeneradora, levando alguma da direita cartista para o governo. Em segundo lugar, desenvolver o seu próprio plano de reconciliação nacional, criando uma ponte, por si mediada, entre o cartismo e a esquerda. Em terceiro lugar, alargar a sua base de apoio político e parlamentar, visto que, através de Ávila, Loulé recolheria os votos dos cartistas e, esperava, o apoio do próprio conde de Tomar e dos seus amigos na Câmara dos Pares⁶⁰. Em quarto e último

⁶⁰ Barbosa Colen, *História de Portugal*, vol. xii, pp. 119-120. É importante notar que esta pretensão se revelou problemática: por várias vezes o conde de Tomar manifestou atitudes

lugar, assegurar a suficiente dose de moderação ao governo que o impedisse de ser puxado demasiadamente para a esquerda em virtude do seu formal comprometimento com o Partido Histórico. À personalidade de Loulé repugnava qualquer tipo de deslize centrífugo: foi isso que a esquerda tardou a compreender, ao ponto de só nos anos 60 ter percebido que o seu líder nominal, Loulé, estava demasiado... à direita.

Não custa compreender que foi difícil a coabitação entre Loulé, Ávila e os históricos. Ao invés da acalmação pretendida, o ecumenismo do governo não cessou de causar atritos. Por vezes, nem era preciso a oposição regeneradora mexer-se: a coalizão ministerial encarregava-se de patentear ao público as suas desavenças. Do ponto de vista da maioria governamental de extracção histórica, a situação falsa do governo era não incluir a nata do Partido Histórico, mas antes a mais proeminente figura do Partido Cartista. Percebe-se a distância que ia de Ávila a Sá da Bandeira (o titular da pasta da Guerra, mais africanista do que histórico, mais reformista do que centrista) ou de Carlos Bento a Ferrer. Acresce que o relacionamento entre os ministros e entre o governo e a maioria parlamentar que o viabilizava era ainda mais toldado pelo facto de Ávila e Carlos Bento se terem rapidamente tornado os rostos fortes do gabinete, ofuscando o próprio Loulé.

Em Maio de 1857, Vicente Ferrer demitiu-se, provocando o terceiro sobressalto governamental do ano, por discordar com os termos da Concordata do Estado português com a Cúria Romana acerca dos direitos de padroado no Oriente. Herculano correu em auxílio de Ferrer, criticando as transigências do governo para com Roma⁶¹. Politicamente, a saída de Ferrer significava que, a partir desse momento, o executivo, que se afirmava histórico, que se apoiava no Partido Histórico e que dele dependia no parlamento, deixava de ter ministros históricos.

Atraído em termos de selecção de ministros, o Partido Histórico era-o também do ponto de vista ideológico. É que grande parte das inconstâncias e incertezas de Loulé e do seu governo, grande parte das ambiguidades conservadoras e centristas que manteve face à sua base esquerdista de apoio, deviam-se ao facto, tão simples quanto partidariamente importante, de os governos históricos e de os governos regeneradores terem um mesmo, porque inevitável, programa político. Mandatários teóricos da esquerda, a força das coisas (isto é, o perfil conciliatório de Loulé e o influxo cartista conservador de Ávila) e o espírito da época (isto é, a ideia de que para permanecerem no poder tinham inevitavelmente de trabalhar em prol de um *establishment*

oposicionistas face ao executivo de Loulé, facto que materializava a distância que lentamente, a partir de 1856, passou a dividir o cartismo-avilista do cartismo-cabralista propriamente dito, como mais tarde as eleições de 1858 viriam publicamente revelar.

centrista) condenavam os governos históricos a serem *programaticamente* regeneradores. Nesta contiguidade ideológica reside o essencial da vocação centrista das parcialidades políticas durante a década de 50 e também o essencial das dificuldades de plena demarcação e estruturação autónoma das mesmas. No fundo, o pessimismo de Oliveira Martins acertava em cheio quando dizia que a Regeneração não caíra em 1856, porque «estava na necessidade das coisas»⁶². E a prova é que o jornal *A Opinião*, fundado em Dezembro de 1856 como porta-voz ministerial, gabava, dia sim, dia não, os «pruridos da materialidade», resumindo os desafios pátrios a mais «vias de comunicação», ou seja, literalmente prometendo um «fontismo»... sem Fontes⁶³.

Todos estes diversos focos de instabilidade e de crise de identidade não cessaram de enfraquecer o executivo nas relações com a oposição parlamentar regeneradora. Em Maio-Junho de 1857, a discussão da questão dos tabacos providenciou a mais renhida batalha parlamentar do ano. Extremadas as posições, a nova sessão legislativa, inaugurada em Novembro de 1857, viu reforçar-se o combate político. Em Janeiro de 1858, uma interpelação ao ministro da Justiça transformou-se numa moção de censura. O governo salvou-se *in extremis*, muito graças aos esforços da bancada parlamentar cartista, então a cargo do conde de Samodães.

Na sequência do episódio, Loulé repetiu a farsa de Março do ano anterior: apresentou a demissão ao rei, que, não querendo prescindir do marquês e não estando disposto a aturar as impertinências regeneradoras, de novo o reempossou. Imediatamente a *entourage* de Aguiar e Fontes, furiosa com o rei, prometeu guerra sem quartel ao executivo. Acresce que nesses finais de Janeiro de 1858 já não eram só os regeneradores que estavam em luta contra Loulé. A linha mais ortodoxa, cabralista, do Partido Cartista zangou-se abertamente com o centrismo ministerialista de Ávila. Nos Pares, Cabral cansara-se de fazer o jogo de Loulé sem receber contrapartidas; sobretudo, não estava mais disposto a servir de esteio parlamentar à fama pública de Ávila, que parecia repetir a estratégia saldanhista de usar o cabralismo em proveito próprio.

Em Março de 1858, uma vez estalado o verniz e para gáudio das hostes regeneradoras, Tomar e Ávila engalfinharam-se na Câmara dos Pares, com acusações mútuas de traição⁶⁴. Loulé percebeu que doravante pisaria terrenos

⁶² Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, vol. II, pp. 277-278.

⁶³ *A Opinião*, número inaugural, 17-12-1856. Registe-se que também a ala avilista se mostrava convertida à febre dos melhoramentos materiais e ao liberalismo prático dos governos-agências-de-caminhos-de-ferro (como mais tarde diria Oliveira Martins). É disso prova o opúsculo de Carlos Morato Roma (um ex-crítico de Fontes), *Considerações sobre as questões urgentes da governação pública e em especial sobre a dos caminhos de ferro*, Lisboa, Março de 1857, que pode ser considerado uma súmula do programa que o cartismo gostaria de ver realizado pelo governo histórico, através do seu patrono Ávila.

⁶⁴ Câmara dos Pares, sessão de 3-3-1858, cit. por Júlio de Vilhena, *D. Pedro V e o Seu Reinado*, p. 272.

minados e começou a ensaiar pretextos para obter de D. Pedro V a dissolução parlamentar. Serviu-se, para o efeito, de uma questão administrativa — a celeuma levantada em torno do funcionamento do Conselho de Estado. Cabral e Aguiar, agindo tacitamente juntos, contestaram a legalidade de acumulação de funções de conselheiro com as de deputado ou par, exigindo que o governo solicitasse ao parlamento autorizações para o efeito. Percebendo que a cedência o colocaria à mercê de uma câmara em crescendo de hostilidade, Loulé forçou então a dissolução a 26 de Março e a consequente realização de eleições, convocadas para o início de Maio.

Na preparação do acto eleitoral foi a vez de a direita mostrar o seu potencial de contorcionismo político, provando que a plasticidade ideológica dos governos pluripartidários de Loulé estava longe de ser apanágio exclusivo do centro-esquerda. E isto porque, sob a batuta dos regeneradores, se organizou uma autêntica coligação conservadora da(s) direita(s) contra o ministério histórico. Toda a «campanha» eleitoral de Abril de 1858 foi dominada por esse assunto.

Os campos oposicionistas agregados na «ominosa coligação» (segundo o geral das apreciações da imprensa histórico-ministerial⁶⁵) eram quatro: o Partido Regenerador, cérebro da iniciativa, o Partido Legitimista e as duas falanges do renovado Partido Cartista. Renovado porque, exactamente na preparação das eleições de 1858, a facção «avilista» pró-governamental, que até aí conseguira tutelar o partido, autonomizou-se finalmente dele, entregando-o oficialmente à direcção do conde de Tomar. A ala «avilista» não aceitou que o partido estendesse a mão às direitas regeneradora e legitimista, facto que levou Ávila a demitir-se da sua presidência⁶⁶. Os cabralistas (representados a partir daí pelo jornal *O Parlamento* e pelo Centro Eleitoral Cartista do Conde de Tomar) eram, portanto, a primeira falange cartista da coligação. A segunda era, nem mais nem menos, a do Centro Eleitoral do *Rei e Ordem* — o título do jornal que o irmão, José Bernardo da Silva Cabral, fundara em Lisboa na Primavera de 1857 para assinalar o seu regresso à ribalta política, donde desaparecera com a extinção d'*O Estandarte*, em finais de 1851.

Os coligados foram-se apresentando individualmente ao longo do mês de Abril, (re)activando as respectivas comissões centrais e publicando os respectivos manifestos eleitorais. Monotonamente, todos os quatro pregavam

⁶⁵ V., por exemplo, *A Opinião*, 4-4-1858.

⁶⁶ Na esteira de Ávila, outras figuras cartistas tornaram público o seu divórcio com Tomar: foi o caso de José da Silva Mendes Leal, delfim de Cabral durante os anos 40: «Íntimo amigo do sr. Conde de Tomar, sacrificou-lhe a sua carreira, defendendo-o por muitos anos na imprensa. Pelo facto da coligação separou-se dele e foi proposto deputado pelo governo e seus amigos.» (Eduardo Tavares, *Galeria Parlamentar ou Para-Lamentar de 1858*, Lisboa, Tipografia Sousa Neves, 1858, p. 10.)

contra a «desorganização», o «desleixo», o «desarranjo» e o «arbítrio» dos 22 meses do governo loulelita. Que programa era o seu? O de todos e o de toda a década: celeridade nas «reformas» (que não se dignavam a explorar quais fossem) e nas «obras públicas de comunicação». No fundo, toda a tónica era posta no combate eleitoral imediato ao governo de Loulé. Não existe qualquer sombra do que pudesse ser considerado um programa de governo conjunto, de índole inovadora, que permitisse situar a direita portuguesa como um bloco autónomo face à cultura política do progressismo histórico governamental. As direitas reunidas não afirmavam uma identidade ideológica; limitavam-se a disputar uma predominância política num sistema predefinido pelo impulso progressista da década.

Do lado dos governamentais, a táctica era pôr a nu o incrível e hipócrita da ligação entre os «corruptos derribados pela administração transacta» (os cabralistas), «os sequazes dessa administração» (os regeneradores) e os antigos responsáveis pelas «enxovias do Limoeiro» (a prisão lisboeta onde os absolutistas encarceravam os liberais durante a guerra civil)⁶⁷. No início de Abril, a Comissão Histórica reuniu a sua comissão central na residência do seu presidente, o barão de Vila Nova de Foz Côa, a qual delegou no infatigável Ávila (Loulé, alegando doença, partira para as Caldas da Rainha a banhos) toda a organização da máquina eleitoral.

O acto eleitoral teve lugar a 2 de Maio de 1858. Em Lisboa, a vitória histórico-governamental foi clara e mesmo na província a coligação oposicionista só logrou levar vantagem num restrito número de círculos. Tudo somado, a falange oposicionista conservadora não resultara. A bancada regeneradora viu-se sensacionalmente desprovida da sua *troika* mais activa: Fontes, Rodrigues Sampaio e Casal Ribeiro não conseguiram ser eleitos⁶⁸; entre os cartistas, também os irmãos Cabral ficaram a pregar fora do parlamento; quanto aos legitimistas, apenas fizeram eleger dois deputados, que, instruídos pelo passado, desta vez aceitariam prestar o juramento regimental exigido pela câmara.

IV.6. A IMPOSSÍVEL UNIDADE DA ESQUERDA HISTÓRICA (MAIO DE 1858-MARÇO DE 1859)

Para a equipa ministerial de Loulé, as eleições de 1858 não trouxeram novidades de maior. No interior do governo não houve qualquer remodela-

⁶⁷ V., por exemplo, *O Portuguez*, 6-4-1858.

⁶⁸ Os dois primeiros lograriam ainda a eleição, Fontes pelo círculo de Angra, Rodrigues Sampaio pelo círculo de Goa, apenas integrando a câmara a partir de Novembro de 1858. Quanto a Casal Ribeiro, foi deputado por substituição durante alguns meses, entre finais de 1858 e Março de 1859.

ção: o marquês continuou presidente do Conselho mais *in nomen* do que real; a verdadeira figura do ministério era Ávila. Para ele, as eleições tinham tido um sabor especial. O seu prestígio e a sua indispensabilidade no governo tinham saído reforçados pela forma como comandara a própria máquina eleitoral do Partido Histórico e, sobretudo, na forma como triunfara sozinho, sem precisar do cartismo da linha cabralista. Quem um dia fizer a história do «avilismo» terá, necessariamente, de abordar as eleições de 1858 como um seu momento de formação privilegiado.

Todavia, nem mesmo a especial posição do «avilismo» como cérebro e motor do governo histórico impediu que o executivo de Loulé vivesse, durante o 2.º semestre de 1858 e o 1.º trimestre de 1859, tempos bastante mais difíceis do que os de 1857-1858. Para além de todas as habituais questiúnculas da política quotidiana, a equipa ministerial teve de enfrentar dois grandes problemas durante a legislatura de 1858-1859: a questão religiosa das Irmãs de Caridade e o conflito diplomático luso-francês da *Charles et Georges*. No primeiro tergiversou, adiando para melhores dias uma solução definitiva; apenas resolveu o segundo, mas de forma a comprometer a credibilidade de Loulé e a patentear as desinteligências político-partidárias que grassavam no interior do governo e do próprio Partido Histórico.

Em Junho de 1858, *O Portuguez* revelou à opinião pública a presença em Portugal de irmãs de caridade francesas, chegadas ao nosso país em princípios de 1857 para auxiliarem as suas congéneres portuguesas em tarefas assistenciais ou de ensino. Aparentemente, nada fazia prever as repercussões que a notícia viria a ter. Sucede que o grosso da esquerda, mais herdeira da linha vintista-setembrista da luta secularizadora contra o congreganismo, decidiu pegar no caso e fazer dele questão política. Em resposta, a direita, tradicionalmente mais conservadora e clerical, tratou de se colocar na defesa da ordem religiosa. O espectro de uma sinistra reacção ultramontana começou a ser agitado pelos sectores da opinião pública mais liberal, aliás já postos de sobreaviso desde a Primavera de 1857, altura em que Herculano chamara a si uma campanha de opinião contra a Concordata assinada com a Santa Sé.

Entalado entre a retórica jacobina d'*O Portuguez*, que declarava a liberdade portuguesa em perigo face à ofensiva religiosa estrangeira, e os repetidos pedidos de explicação dos regeneradores e cartistas-cabralistas na Câmara dos Deputados e na Câmara dos Pares, Loulé criticou o ataque às religiosas, mas, hesitante como sempre, não soube ou não quis dizer o que faria para pôr cobro à indelicadeza nem, ao certo, desde quando e em que condições estavam as religiosas em Portugal⁶⁹. A documentação relativa à admissão das religiosas

⁶⁹ Câmara dos Pares, sessão de 22-6-1858, cit. por Damião Peres, «Da Regeneração ao reformismo: 1851-1869», in *História de Portugal* (dir. de Damião Peres), vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora, s. d., p. 351. O artigo d'*O Portuguez* que despoletara a questão datava de 20 de Junho.

em Portugal foi revelada em meados de Agosto, numa altura em que Lisboa assistia já a tumultos anti-religiosos. A 3 de Setembro, Loulé tirou do bolso um decreto da sua autoria, inconclusivo, determinando que as autorizações concedidas às Irmãs de Caridade para mandarem vir religiosas de França se circunscreveriam às que já se encontravam no país (impedindo, portanto, que o seu número viesse a aumentar), além de estabelecer que as irmãs não poderiam ocupar-se de tarefas de ensino.

Desta vez a técnica da contemporização e da busca do consenso daria maus resultados. A parte pensante da opinião pública dispôs-se a acompanhar de perto a questão; a imprensa abriu espaço para a exposição e confronto de posições clericais de defesa das irmãs e de posições anticongregacionistas de crítica secularizadora⁷⁰. Lentamente, a cultura política portuguesa incorporou a ideia de que estava em desenvolvimento uma divisão entre um «partido conservador» e um «partido liberal». Registe-se, no entanto, que esta fluída divisão cruzava as fronteiras, também elas ténues, entre cartistas, regeneradores e históricos. Haja em vista, por exemplo, que do mesmo lado da barricada secularizadora, em nome de um escrúpulo de consciência liberal, alinhavam Herculano (um histórico) e José Estêvão (um regenerador).

Política e partidariamente, a «questão religiosa» levantada com as irmãs de Caridade cavou fundas divisões entre Loulé e a esquerda. O marquês, não querendo incompatibilizar-se com o *status quo* relativamente conservador do Paço e das elites sociais, a que pertencia por nascimento e temperamento, não deixava de ter de prestar contas àquela esquerda incorporada no Partido Histórico que agudizava a campanha contra as irmãs. Entre a prudência transformista que a situação recomendava e as pressões de ruptura pró-secularizadora, Loulé limitou-se a adiar, cedendo ora a uns ora a outros e agravando com isso a impossível unidade da esquerda histórica. Com isso alargava cada vez mais a futura base de separação entre a parte mais conservadora e fusionista do Partido Histórico (aquilo que nos anos 60 seria conhecido por «unha branca») e a parte mais rasgadamente esquerdista, reformista, intransigente, secularizadora e radical desse mesmo partido (a mais tarde chamada «unha negra»).

Acresce que, para infelicidade de Loulé, o patriarca Herculano, em nome do seu conhecido liberalismo católico erasmiano⁷¹, dispôs-se a encabeçar activamente a movimentação anticongreganista, no que era popularmente

⁷⁰ Grosso modo, os jornais *O Portuguez*, *O Futuro* (órgão regenerador de José Estêvão), o *Jornal do Comércio* e *O Asmodeu* (jornal de caricaturas) atacavam as irmãs francesas; em sua defesa alinhavam-se *A Nação*, *O Parlamento* (do conde de Tomar) e o *Bem Público* (jornal católico).

⁷¹ V., sobre a temática da «religião» de Herculano, António José Saraiva, *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 1977, especialmente os capítulos II («Liberalismo e cristianismo») e III («Um eclectismo filosófico-religioso»).

coadjuvado pela famosa Associação Patriótica, ou Sociedade Patriótica, surgida em Lisboa em finais de 1857, ou mais provavelmente já em 1858, como clube radical de intelectuais e activistas defensores das «amplas liberdades civis» e do «ensino nacional secularizado»⁷². Era da Patriótica — o epicentro do radicalismo político lisboeta na transição para os anos 60 — que vinham as pressões para os artigos anticongreganistas d'*O Portuquez*. O jornal cartista *O Parlamento* e o jornal legitimista *A Nação* faziam as vezes de advogados das religiosas, enquanto *A Revolução de Setembro* tentava sobretudo pôr a nu as dificuldades que a questão suscitava a Loulé.

Em princípios de 1859 a posição do governo no tocante às Irmãs de Caridade tornara-se insustentável. Entre as angariações de assinaturas levadas a cabo pelos conservadores e os concorridos comícios anticlericalistas, onde falavam Herculano, José Estêvão, Serpa Pimentel, Mendes Leal ou Oliveira Marreca, os campos tinham-se extremado de tal maneira que qualquer solução de consenso era impossível. Mas justamente romper o consenso e optar decididamente por uma das partes era algo que Loulé não queria, até porque na duplicidade estava o segredo da sua indispensabilidade. A questão das Irmãs de Caridade arrastar-se-ia ainda até Maio de 1862. O que por ora interessa fixar é o que ela revelou a nível político-partidário e a nível da cultura e das mentalidades.

Do ponto de vista político e partidário, permitiu demonstrar a ambígua posição do governo, em particular de Loulé, face às aspirações mais secularizadoras e anticongreganistas de parte do Partido Histórico que dizia estar com ele. Consequentemente, a pulverização da esquerda monárquica, que se desenrolará ao longo de toda a década de 60, conheceu aqui um primeiro e importante impulso.

No plano da cultura e das mentalidades, é necessário salientar o quanto a questão religiosa de finais dos anos 50 deixava adivinhar novos e conturbados tempos. Foi o primeiro grande embate que o centrismo conservador da Regeneração teve de sofrer, assinalando uma nova predisposição da sociedade para estar mais alerta e politicamente mais activa, como provam os esclarecimentos de opinião, os comícios, os panfletos, as campanhas de angariação de assinaturas, pró ou contra a presença das religiosas em Portugal. De parte a parte, a própria imprensa, às vezes de forma meramente difusa e inconsciente, alterou o seu estilo, tentando chegar às massas, convencê-las, mobilizá-las. Era a primeira vez, desde as pressões radicais dos anos 30 e 40, que o sistema se via confrontado com a força da opinião pública, que até aí julgara poder moldar a partir de cima. A rua, a plebe, os

⁷² José de Arriaga, *Os últimos 60 anos da Monarquia*, p. 94, e Lélío Lenoir, *Portugal em 1862*, Lisboa, Imprensa de Sousa Neves, 1863, p. 6.

tradicionalmente excluídos da política, fizeram-se ouvir de forma mais ou menos autónoma ou instrumentalizada.

Para o modelo consensual da Regeneração, as Irmãs de Caridade foram, literalmente, o primeiro divisor de águas, o primeiro sinal das pressões centrífugas e radicais que a difícil e instável década de 60 aumentaria. Mas há mais: numa perspectiva de longa duração (que extravasa os limites deste texto), pode mesmo sustentar-se que a «questão religiosa» das Irmãs de Caridade constituiu uma espécie de pré-história do anticlericalismo laicista republicano, que, como se sabe, identificando a perniciosa religião da Igreja com a manutenção do sistema monárquico, haveria de conduzir à verdadeira distinção entre a «esquerda» e a «direita» no fim do século, ou seja, entre a revolução e o progresso, inevitavelmente republicanos, de um lado, e a conservação ou tradição, fatalmente monárquicas, do outro⁷³.

Talvez o governo de Loulé não tivesse sofrido tanto por causa das Irmãs de Caridade, nem a própria questão religiosa suscitado tantas e tão apaixonadas reacções, se acaso Portugal não tivesse tido, em 1858-1859, um grave conflito diplomático justamente com a França: a questão diplomático-colonial da *Charles et Georges*⁷⁴. Sumariamente, o conflito nasceu do apresamento, em Novembro de 1857, pelas autoridades coloniais moçambicanas de uma barca francesa — a *Charles et Georges* — envolvida no tráfico negreiro da colónia portuguesa para a ilha da Reunião. Trazido o assunto para a justiça da metrópole, a diplomacia de Paris terminou por enviar um ultimato ao governo de Lisboa em Setembro de 1858, exigindo a restituição da barca e o pagamento de uma indemnização compensatória. Perante a

⁷³ A secularização e a laicidade, patrimónios ideológicos matriciais da «ideia» republicana, conheceram uma longa gestação filosófica, tanto influenciada pelo positivismo/agnosticismo de autores estrangeiros contemporâneos da ascensão do republicanismo como pelas lições de regalismo anticongreganista da história de Portugal, da Idade Média a D. José, de Pombal a Joaquim António de Aguiar. Mas é claro que os antecedentes próximos invocados eram as tomadas de posição de liberais como Herculano contra o clericalismo e as ordens religiosas, que justamente se haviam reforçado na viragem dos anos 50 para os anos 60, em torno da questão das Irmãs de Caridade. Esta batalha, bem como, alguns anos mais tarde, a do Código Civil (donde decorreria o registo e o casamento civil), seriam sempre mitificadas no discurso republicano como um impulso fundamental na caminhada do que, optimisticamente, consideravam a via para a redenção portuguesa face ao obscurantismo e ao atraso. V., por todos, Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2 tomos, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, especialmente t. II, capítulo IV («O Estado laico»).

⁷⁴ V., especificamente para este assunto, os trabalhos de Eduardo dos Santos, «A questão da barca 'Charles et Georges'», in *Studia — Revista do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos*, n.º 45, Janeiro-Junho de 1981, pp. 131-283, e n.º 46, 1987, pp. 5-131, e de W. H. G. Smith, «The affair of 'Charles et Georges'», in *Anglo-Portuguese Relations (1851-1861)*, Lisboa, 1970, pp. 97-119.

ineficaz mediação inglesa, parceira de Portugal na causa abolicionista, mas pouco interessada em afrontar a sua aliada da guerra da Crimeia, o executivo de Loulé acabou por ceder em Outubro de 1858, saldando, finalmente, a indemnização em Janeiro de 1859.

A humilhação portuguesa não teria sugerido mais do que umas quantas tiradas nacionalistas anti-francesas se o episódio da *Charles et Georges* não tivesse revelado e agravado as proverbiais divisões no interior do governo histórico, nas quais, de resto, a França apostara para derrotar Portugal. Em particular, a morosidade do conflito diplomático revelou a falta de coordenação e de diálogo entre Sá da Bandeira e Loulé, o que levava a que o primeiro, ministro da Marinha e do Ultramar, tivesse de agir quase como um ministro dos Negócios Estrangeiros oficioso. Foi essa surda confrontação entre dois estilos diferentes que mais contribuiu para «politizar» internamente o episódio e «partidarizá-lo» como arma de ataque da oposição. Os dois estilos diferentes eram os de Sá da Bandeira, esforçando-se por fazer valer os direitos portugueses com aquele radicalismo e intransigência que sempre pusera nas questões coloniais, e o de Loulé, muito mais pragmático e realista, interessado em ceder e rapidamente.

Sá da Bandeira era, no espectro partidário do tempo, um excêntrico e um incompreendido. Mais militar do que político, desde sempre se distinguira essencialmente como um «africanista», tenaz nas suas ideias, um romântico individualista, senhor de um humanitarismo às vezes utópico. Politicamente, estava à esquerda de Loulé. De extracção vintista, setembrista e patuleia, havia nele uma ideia de liberalismo mais radical e democrata, a convicção de que a política carecia de uma mais rasgada atitude reformista. O desfecho da questão da *Charles et Georges* deixou-o desgostado e com a sensação de ter sido desautorizado, se não mesmo sabotado, por Loulé. Do ponto de vista partidário, terá sido eventualmente a partir daí que Sá da Bandeira percebeu que a esquerda encarnada em Loulé, transigente e moderada, pouco tinha que ver com a «sua» esquerda, mais liberal e rasgadamente reformista. Em consequência, tornou-se problemático o relacionamento entre os dois, ao mesmo tempo que, por intermédio desta silenciosa desavença de personalidades e estilos políticos, veio a tornar-se cada vez mais problemática a própria coexistência, no interior do Partido Histórico governamental, entre as *duas esquerdas* que ele albergava — a esquerda moderada e fusionista, programaticamente regeneradora, representada por Loulé e depois por Anselmo Braamcamp, e a nova esquerda reformista e democratizante. Seria esta que, revitalizando a lógica do radicalismo hibernado em 52, haveria de dar corpo à «unha negra» e, na segunda metade dos anos 60, ao Partido Reformista, não por acaso o foco da oposição centrífuga ao centrípeto e centrista governo da Fusão.

IV.7. AS DESVENTURAS DO GOVERNO REGENERADOR-CARTISTA
(MARÇO DE 1859-JULHO DE 1860)

Ao abrir o ano de 1859, o gabinete de Loulé estava por um fio, nitidamente à defesa e desprovido de iniciativa, enquanto no interior do parlamento as fileiras da maioria rareavam todos os dias⁷⁵. O que, finalmente, precipitou a sua queda não foi, directamente, nem a questão das Irmãs de Caridade, nem as revelações do imbróglio da *Charles et Georges*. Foi uma pequena questão de melhoramentos materiais — a obstrução parlamentar à aprovação do contrato Morton Petto, empresário britânico a quem fora adjudicado o grosso da construção da via férrea Lisboa-Porto. Foi a última pressão que Loulé quis suportar. A 15 de Março de 1859 solicitou ao rei a demissão do governo.

À terceira foi de vez. D. Pedro aceitou a demissão governamental, porventura por entender que ressuscitá-lo, como fizera em 1857 e 1858, poderia começar a pôr em causa a própria independência política do Paço. Mas, despedidos os históricos, nem por isso o rei estava disposto a empossar os regeneradores. Ao seu estilo de quem reina e governa, concebeu o plano de temperar a inevitável coloração regeneradora do novo governo a formar, entregando a presidência a um cartista independente, discreto e conciliador: o duque da Terceira. Os regeneradores ficaram com as pastas mais importantes: Fontes no Reino, Casal Ribeiro na Fazenda, Martens Ferrão na Justiça. O novo governo era importante sobretudo no que tocava ao pessoal político, evidenciando uma renovação na direcção do Partido Regenerador. Saldanha dedicara-se à *high-life* lisboeta desde que abandonara o poder em 1856⁷⁶; Rodrigo morrera em Abril de 1858; Aguiar e Fontes partilhavam por ora uma espécie de chefia bicéfala. Mas, como salientava Oliveira Martins, o facto relevante era verem-se «homens novos» — Casal, Serpa, Martens, Sampaio, Corvo —, ou seja, o pessoal de governo do futuro reinado de D. Luís⁷⁷.

Tal como em 56, portanto, a transição ministerial não configurou nenhum esquema de rotativismo acordado nem, do ponto de vista programático, se notaram rupturas inovadoras. Terceira anunciou que não fazia programa, enquanto Fontes prometia ter regressado ao poder para adiantar o país na senda do fomento. A contiguidade ideológica com a administração transacta facilitou a transferência de apoios do parlamento eleito sob a égide do governo histórico de Loulé, que agora aparecia a prometer dócil apoio ao novo governo regenerador-cartista. Mas era inegável que a dissolução parlamentar viria a prazo para evitar chantagens e para fabricar a maioria própria que nenhum novel governo dispensava. Durante o resto do ano parlamentar de 1859, os

⁷⁵ Barbosa Colen, *História de Portugal*, vol. XII, p. 150.

⁷⁶ Conde da Carnota, *Memoirs of Field-Marschall The Duke de Saldanha*, t. II, p. 346.

⁷⁷ Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, vol. II, p. 280.

trabalhos políticos entraram em letargia, ao mesmo tempo que o governo lançava mão de uma alargada reforma e reorganização da maioria dos serviços do Estado — secretarias e repartições —, destinada, como facilmente se percebe, a «repartidarizar» o funcionalismo público a seu favor.

A nova lei eleitoral, estabelecendo o inovador sistema de círculos uninominais, foi aprovada a 23 de Novembro de 1859. No dia seguinte, a pretexto de experimentar o novo diploma, o rei referendava a dissolução, apesar do coro de protestos históricos e dos abaixo-assinados contra a medida reproduzidos n' *O Portuguez*⁷⁸.

As eleições foram marcadas para o primeiro dia de 1860. Do lado governamental, a estratégia eleitoral definida pelos regeneradores consistiu em renovar a coligação conservadora de 1858, mas numa posição de força: o Partido Regenerador seria a cabeça desse bloco, achando-se desobrigado de dar qualquer recompensa (leia-se «pasta ministerial») aos seus coligados, embora devesse consultá-los para as acções da governação. O Partido Cartista de Tomar e Fronteira aceitou o repto. Já a facção cartista de José Bernardo, que havia muitos anos não queria outra coisa senão ser ministro, bandeou-se para a oposição, onde emprestou os seus votos aos «avilistas».

Longas e dúbias foram as negociações entre regeneradores e legitimistas. Caetano Beirão ainda chegou a ser apresentado como candidato governamental por Lisboa, mas acabou por retirar a sua candidatura sob a pressão de dois fogos: do Partido Legitimista, que acabou por decidir-se pela total independência⁷⁹, e de alguns sectores no interior do próprio Partido Regenerador que não viam com bons olhos a renovação das ligações com o legitimismo. Era o caso de José Estêvão e do seu grupo. Paladino do anti-congreganismo, Estêvão recusou dar a mão ao «Partido Antidinástico»⁸⁰, iniciando assim as suas desinteligências com os regeneradores, que viriam a culminar no rompimento com o partido e no início de uma importante e inovadora carreira política a solo no início dos anos 60.

Os resultados eleitorais foram inteiramente favoráveis ao governo, que inaugurou o parlamento a 26 de Janeiro, prometendo frenesim legislativo na área da reforma fiscal e das obras públicas. Ia assim o fomento regenerador de vento em popa quando a súbita morte do presidente do Conselho, Terceira, a 26 de Abril de 1860, abriu no governo uma grave crise de chefia, que haveria de levá-lo à demissão pouco tempo depois. D. Pedro V foi apanhado de surpresa e o próprio Partido Regenerador não revelou, na circunstância, a unidade necessária para lograr impor uma solução sucessória ao monarca. Fontes Pereira de Melo tratou logo de se pôr em bicos dos pés, na sua qualidade de ministro do Reino e destacado «marechal» regenerador. Apesar disso, ou

⁷⁸ *O Portuguez*, 27-11-1859.

⁷⁹ *A Nação*, 12-12-1859.

⁸⁰ V., por exemplo, *O Futuro*, 1-12-1859.

muito provavelmente por causa disso, D. Pedro, que nunca lhe escondeu a sua animosidade, preferiu escolher Aguiar, e mesmo assim à laia de «interinidade»⁸¹, a quem ofereceu em troca um lugar no Conselho de Estado.

No interior do Partido Regenerador a transição Terceira-Aguiar fez os seus estragos. Fontes Pereira de Melo ficou furioso com o desprezo régio e com Aguiar, por este ter aceite passar-lhe à frente. A surda luta que mantinham juntos pela chefia do partido tornou-se cada vez mais audível. Mas também José Estêvão, que não escondia a sua ambição ministerial, não gostou do novo arranjo.

Aguiar era um político sem experiência ministerial. Consequentemente, o governo regenerador afundou-se numa crise de autoridade, imitando as autocracias ministeriais dos governos históricos. Fontes passou a agir sozinho e, com ele, os seus discípulos Martens, Casal e Serpa. Dois meses durou a desventura regeneradora tutelada por Aguiar. A 30 de Julho o executivo apresentou a sua demissão, depois de um empate numa inócua votação parlamentar. As vagas explicações dos ministros demissionários, de que julgavam ter perdido a confiança da maioria, deixaram no ar a sensação de que alguma coisa estava a ser omitida. E na realidade assim era. Nas entrelinhas ficava uma hipótese que a lógica permite considerar pertinente: a *troika* fontista, pura e simplesmente, terá recusado continuar a sustentar por mais tempo a situação ministerial que pertencia a Aguiar. Este, desamparado, forçara a demissão; aquela, esperançosa, contava que, saído Aguiar, teria chegado a sua hora. A ideia de uma conspiração de silêncio dos ministros contra Aguiar já fora aflorada, de resto, numa carta de D. Pedro para o visconde da Luz, em que o monarca lhe confienciava suspeitas expressas pelo seu presidente do Conselho de que o governo estaria a preparar-se para «ceder sem combate»⁸². Naturalmente, os regeneradores, que estavam fora desta pretensa cilada, criticaram a demissão como uma verdadeira traição às bases. Sobre todos, José Estêvão «fulminou os fugitivos» e declarou, estrondosamente, a sua definitiva ruptura com o Partido Regenerador⁸³.

IV.8. O REGRESSO DOS HISTÓRICOS E OS SOBRESSALTOS DA PRIMAVERA DE 1861 (JULHO DE 1860-MARÇO DE 1861)

Provado que, enquanto D. Pedro V vivesse, a presidência do Conselho passaria sempre ao lado de Fontes Pereira de Melo, os históricos regressaram ao poder após os dezasseis meses de *intermezzo* regenerador-cartista. Mais uma vez atrás de Loulé, que ficou com a Presidência e o Reino, surgiam

⁸¹ Carta de D. Pedro V ao Visconde da Luz, 30-4-1860, cit. por Júlio de Vilhena, *D. Pedro V e o Seu Reinado*, p. 86.

⁸² Carta de 28-5-1860, cit. por Júlio de Vilhena, *op. cit.*, p. 88.

⁸³ Jacinto Augusto de Freitas Oliveira, *José Estêvão. Esboço Histórico*, Lisboa, 1863, p. 340.

Ávila na Fazenda e nos Estrangeiros e Carlos Bento na Marinha e Ultramar. Portanto, mais uma vez, aquilo a que José de Arriaga chamava a parte do Partido Histórico «mais conhecida pelas suas ideias liberais», ou seja, mais à esquerda do seu presidente do Conselho, não encarou com bons olhos a tonalidade conservadora do gabinete⁸⁴. Rapidamente começaram a circular panfletos contra a tibieza de Loulé e, sobretudo, contra a onnipotência de Ávila, lastimando o poder desse «reaccionário espaventoso» no interior de um governo que se queria rasgadamente liberal⁸⁵.

No Verão de 1860, o governo foi atravessado por uma querela surda entre Ávila e Loulé, o primeiro opinando pela imediata dissolução do parlamento eleito pelos regeneradores, o segundo protelando a medida, para não romper de imediato com a maioria regeneradora. Acresce que em torno de Ávila — e comprovando a máxima de que o poder inflaciona as simpatias alheias — se iam agregando antigos confrades cabralistas desavindos com o conde de Tomar, evidenciando como o «avilismo» se ia consolidando dentro do governo histórico. Mesmo que Loulé quisesse deitar borda-fora o homem que lhe fazia frente, a experiência e os contactos de Ávila no crucial mundo da finança tornavam-no quase indispensável à viabilidade dos confusos governos históricos. O que interessa salientar é que todas estas intrigas de bastidores passavam ao lado do estado-maior do Partido Histórico, que «contemplava insofrido esta política, a que chamava pasteieira»⁸⁶.

Os derradeiros meses de 1860 passaram-se sem qualquer questão pública relevante. Mas a partir de Fevereiro de 1861 reacendeu-se a conflitualidade política. Desde logo, em torno da hipótese da concessão régia de uma fornada de pares a fim de garantir na câmara alta a aprovação dos projectos de reforma dos vínculos e de desamortização dos bens eclesiásticos que o governo vinha preparando. Mais rigorosamente, porém, veio a descobrir-se que o móbil do pedido era o onnipotente Ávila, que, deputado desde 1834, entendera ter chegado a altura de ascender ao pariato. D. Pedro V, no entanto, receando dar agora a Loulé o que recusara a Saldanha em 1856, deixou protelar a questão, tendo concedido a fornada de pares apenas em Maio de 1861, depois da dissolução parlamentar e de as consequentes eleições terem dado novo fôlego de manobra ao executivo histórico.

O assunto mais urgente em que o governo se viu envolvido foi novamente o das Irmãs de Caridade, questão em que o ministério Terceira-Aguiar, por prudência ou inclinação mais conservadora, não tocara. *O Portuguez* e a Patriótica reacenderam as campanhas de opinião e as acções de rua contra as

⁸⁴ José de Arriaga, *A Política Conservadora e as modernas alianças dos Partidos Políticos portugueses*, p. 285.

⁸⁵ *O Ministério, o Rei e o Paiz. Revelações*, Lisboa, Tipografia da Revista Universal Lisbonense, 1861, p. 6.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 16.

religiosas, pressionando Loulé para que, na sua qualidade de depositário dos interesses da esquerda anticlerical, tomasse medidas de defesa das liberdades alegadamente ameaçadas pela «reação». O máximo que o marquês fez foi renovar o disposto na lei de Setembro de 1858, juntando-lhe uma portaria que aprovara em Outubro de 1860, onde se ordenava ao Patriarcado de Lisboa que libertasse as irmãs francesas residentes em Portugal da obediência ao seu superior de Paris, vinculando-as, segundo um espírito regalista, a uma superiora portuguesa. As freiras estrangeiras recusaram acatar a medida. No fundo, tratava-se de um paliativo, demasiado conservador para a esquerda radical e demasiado avançado para a direita conservadora.

O epicentro das forças anticlericais era a Patriótica, surgida, como atrás ficou indicado, aquando das campanhas anticongreganistas de Herculano em 1857-1858. Em 1859-1860, na presumida condição de «partido popular», reactivara os seus trabalhos, em reacção contra o conservadorismo da administração Terceira-Aguiar. Reunindo no Beco do Rozendo, em casa de um misterioso livreiro, de nome José Marques dos Santos, teria sido em finais de 1859 ou inícios de 1860 que, com o auxílio de alguns redactores d'*A Opinião*, a Patriótica definira estatutos internos, começando a preparar um *meeting* sobre a «questão religiosa»⁸⁷. A iniciativa não fora adiante porque, entretanto, caíra o governo regenerador-cartista e regressara ao poder Loulé, em quem as forças populares depositavam maior confiança. De Julho de 1860 a Fevereiro de 1861, a Patriótica mantivera-se na expectativa, aguardando que Loulé cumprisse efectivamente uma política esquerdista de combate ao ultramontanismo. Acontece que isso era coisa que o marquês, em virtude do seu posicionamento centrista, não estava na disposição de fazer.

Cansada de esperar, a Patriótica decidira, finalmente, em meados de Fevereiro, avançar para a realização do tão propalado e temido *meeting*. A reunião popular teve lugar a 5 de Março de 1861, no passeio público, e dela resultou uma petição ao governo no sentido de uma mais decidida protecção (especialmente no domínio do ensino) contra qualquer ofensiva ultramontana. No mesmo dia do *meeting*, e numa óbvia tentativa de o esvaziar de conteúdo, o governo expediu uma portaria de dissolução da Congregação das Irmãs de Caridade, embora prometendo formar um instituto religioso português muito similar em sua substituição. Tratava-se, ao fim e ao cabo, de nacionalizar a ordem, mais do que de extingui-la, para além de que nada se dizia do destino a dar às religiosas francesas residentes em Portugal.

A partir daqui, a escalada de pressões sobre Loulé subiu rapidamente de tom. No parlamento, toda a ala conservadora caiu em cima do governo por ter cedido ao que charnava, depreciativamente, a pressão da rua, renovando-se

⁸⁷ *O Portuguez*, 3-3-1861.

também as suspeitas de que haveria subterrâneas ligações entre o próprio ministério e a Patriótica. A 10 de Março, esta respondeu com um novo *meeting* no Rossio. Para o *status quo* monárquico, históricos incluídos, os termos da respectiva convocatória eram assustadores, ao ponto de *O Portuguez* logo qualificar a iniciativa de «desnecessária» e «imprudente»⁸⁸. Tratava-se de agradecer a Loulé a disposição anticongreganista do dia 5, mas acrescentando que o voto de louvor só se manteria «caso ele (o executivo), mudando de sistema, siga o seu programa liberal à risca»; se não, a Patriótica far-lhe-ia «ver bem», pelo «argumento do número», qual «o voto do povo, para que o governo não recorra a evasivas ou subterfúgios»⁸⁹.

Para bom entendedor, a ameaça velada chegava. O *meeting* de 10 de Março de 1861 foi, literalmente, um parlamento de rua, como há muitos anos o país não assistia, quase fazendo reviver os tempos do clubismo político dos anos 30. Em nome de um espírito «radicalmente liberal», pediram-se os «melhoramentos» de que o país carecia, como o ensino livre ou a justiça fiscal, argumentando que tudo estava a ser soçobrado pelo fantasma da reacção religiosa⁹⁰. Antes de os oradores do governo convidados tomarem a palavra, uma deputação dos *meetingueiros*, na qualidade de mandatária do povo de Lisboa, dirigiu-se à residência do marechal duque de Saldanha, pedindo-lhe que entregasse no Paço uma petição popular. Saldanha, que adorava ser bajulado pela plebe como reserva salvífica da nação, prestou-se ao serviço, no que constituiu um preocupante recado para os políticos no activo de que não se considerava definitivamente retirado.

Nos dias seguintes, assustada com a dinâmica popular, a oposição regeneradora voltou a exigir explicações de Loulé e medidas para pôr ordem nestes novos focos de radicalismo. Mas não seria justamente através deles que o centro-esquerda representado por Loulé cobrava existência e indispensabilidade políticas? A este propósito, é tentadora uma comparação histórica: em 1861, Loulé estava entre a Patriótica e os regeneradores na mesma incómoda e ambígua posição em que, em 1837, estivera Passos Manuel entre os radicais e os cartistas. A um quarto de século de distância, o progressismo histórico de Loulé reproduzia a insubstantividade do setembrismo moderado de Passos. Era o estrutural dilema e a estrutural ambiguidade do centro-esquerda pasteleiro: mantinha obscuras relações com a rua na ilusão de, através dela, alargar a sua base de apoio à esquerda e agigantar-se perante a direita; mas nunca sabia até onde ir nessas ligações perigosas, com o risco

⁸⁸ *Ibid.*, 7 a 10-3-1861.

⁸⁹ *A Revolução de Setembro*, 7-3-1861.

⁹⁰ Lélío Lenoir, *Portugal em 1862*, pp. 6-7. V. a narração circunstanciada do *meeting* n' *A Revolução de Setembro* de 12-3-1861.

de lhes perder o controlo e, por via disso, a credibilidade política perante essa mesma direita.

O *meeting* do Rossio, de facto, tornara a posição do governo insustentável. Vale a pena salientar a importância simbólica e a dimensão inovadora destes dias de Março de 1861. Pela primeira vez, o sistema político regenerador era confrontado com uma tomada de posição minimamente organizada e audível da rua. Os excluídos do sistema, aqueles que haviam ficado à margem do arranjo centrista que dominava a situação, mostravam-se presentes e actuates, ameaçando ressuscitar a lógica contestatária e centrífuga do modelo político do radicalismo. Por consequência, em 1861 chegou ao fim a década dourada da estabilidade «pasteleira», em que o poder não tinha de se preocupar com a rua. Em contraste, começava uma década de muito maior agitação e de consequente pulverização partidária, que marcaria um novo clima na política portuguesa.

Ao contrário do que acontecera ao setembrismo em 38, Loulé não dispunha de nenhum Cabral para pôr a rua em ordem. Numa fuga para a frente, começou por se entregar na câmara ao apoio, ao menos temporário, da oposição regeneradora, a fim de fugir ao cerco patriótico dos populares. Mas logo se sentiu incomodado com essa situação de refém, tratando de recorrer à dissolução parlamentar. As eleições que se lhe seguiriam dariam ao governo uma pausa para respirar, uma maioria mais sólida e uma autoridade acrescida, quer sobre a oposição parlamentar, quer sobre a rua. Não foi difícil arranjar o pretexto necessário para a medida. Ávila chantageou o parlamento, exigindo-lhe a aprovação de uma lei de meios, substitutiva do Orçamento Geral do Estado; os regeneradores avançaram com uma proposta de adiamento da lei, votada favoravelmente a 26 de Março. No dia seguinte, derrotados os intuítos governamentais, a câmara era demitida.

EPÍLOGO: OS NOVOS PRESSUPOSTOS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS DA DÉCADA DE 1860

Para Loulé, bem como para a generalidade dos apoiantes ministeriais, os sobressaltos de Março de 1861, que haviam culminado na dissolução, não passavam disso mesmo: de sobressaltos momentâneos, reflexo de uma conflitualidade política que julgavam sob controlo e que, como tantas vezes no passado, passaria depois de obtido o reforço parlamentar.

Mas desta vez o *status quo* enganava-se. Regeneradores, históricos, cartistas e legitimistas prepararam-se para a luta eleitoral com as comissões do costume, os manifestos do costume, as fraudes do costume, o discurso do costume. E o costume era manter a conflitualidade dentro das fronteiras do sistema, o que equivalia a rodar o pessoal político, sem pôr em causa o modelo

de funcionamento, essencialmente centrista e reconciliador, programaticamente apostado nos melhoramentos materiais e/ou morais que todos queriam.

Foi na viragem para a década de 60 que tudo isto começou a ser contestado. *A dimensão de consenso* que marcara a década de 50, por sobre as questiúnculas particulares entre as várias parciais em cena, rompeu-se nesses anos, obrigando a uma abertura forçada do sistema, que se viu confrontado com novas forças exteriores, com novas solicitações, com um novo estilo populista, radical e democratizante de fazer política, o qual não deixou de se infiltrar no *establishment*, contagiando alguns dos seus políticos e baralhando a estrutura partidária montada desde 1851.

O ano de 1861 — ou, se se preferir, de um modo mais geral, a transição para década de 60 — pode, portanto, ser considerado uma fronteira cronológica simbólica importante na história da Regeneração. É durante esse ano que começam a alinhar-se os novos sinais e pressupostos político-partidários que marcarão a década de 60. O seu estudo, bem como o das suas implicações, ultrapassa, evidentemente, o âmbito deste texto; por isso, trata-se aqui, a finalizar, tão-só de deixar algumas pistas para reflexão e investigação futura.

O primeiro e mais palpável desses novos sinais foi a pressão dos *meetingueiros* e a geral afirmação da «rua» como força de oposição anti-*establishment*. Depois das eleições de Abril de 1861, a Patriótica voltou várias vezes à carga, com campanhas de angariação de assinaturas e distribuição de panfletos mais ou menos incendiários, ao ponto de, no Outono de 1861, em «comícios» e «cafés», se pregar o regicídio e a conveniência de se subverter a constituição do Estado⁹¹.

Poucos foram os que, oriundos dos círculos do poder, fizeram um esforço para acompanhar os novos tempos e para compreenderem a nova moda dos ajuntamentos populares, das representações e «abaixo-assinados». Uma das excepções foi José Estêvão Coelho de Magalhães, cujo percurso político em 1861-1862 foi o *segundo* sinal de revolução nos hábitos políticos do sistema. Divorciado dos regeneradores desde 1859, Estêvão iniciou então uma carreira política a solo, distinguindo-se como uma das grandes vozes na «questão religiosa» ao lado das pretensões mais liberais. A partir de 1860, com os novos jornais *A Discussão* e *A Política Liberal*, o chamado «grupo José Estêvão» iniciou uma campanha de opinião destinada a lançar um

⁹¹ *Diário de Lisboa*, 9-10-1861. Para o clima geral de agitação em Lisboa nesse ano de 1861, v. também as considerações do panfleto *O País, os Partidos, a Reacção e o sr. Ávila. Opúsculo oferecido ao povo portuguez por um desiludido*, Lisboa, Tipografia de Nascimento Cruz, 1862, *passim*. Especificamente sobre a acção da Patriótica, v. Ricardo Guimarães (visconde de Benalcanfor), *Narrativas e episódios da vida política e parlamentar (1862-1863)*, Lisboa, Tipografia Universal, 1863, pp. 26-27.

«novo partido», de acção «popular» e «liberal», visando «reconstruir» e «ampliar» o partido «progressista», há anos obliterado pelo clima fácil das «transacções», das «complacências» e da nefasta prática da «amalgamação dos partidos»⁹². Num regresso ao passado e às declamações antifusionistas contra o centrismo ordeiro de Garrett, Estevão pretendia tornar-se o líder do novo espaço político esquerdista que então emergia. O programa de intenções do «novo partido liberal», apresentado em finais de Setembro de 1861 nos jornais *A Política Liberal* e *A Liberdade*, «rebentou no Paço e nas altas esferas políticas e sociais como uma bomba»⁹³. Em termos de conteúdo, era a primeira crítica sistemática do modelo político da Regeneração inaugurado em 1851. Até à sua prematura morte, em Novembro de 1862, José Estêvão seria o mais activo político português e o verdadeiro interlocutor entre o sistema e as forças populares que lhe eram exteriores.

Ainda que o seu projecto político nunca tenha saído do limbo das intenções, chegou, no entanto, para incomodar e baralhar os círculos políticos estabelecidos, em particular para acelerar o processo de implosão interna do Partido Histórico. No apoio ou na crítica à iniciativa de José Estêvão, o progressismo histórico, já ferido pelas sequelas da «questão religiosa», dividiu-se e pulverizou-se definitivamente. Eis o *terceiro* pressuposto político-partidário da nova década: a fragmentação dos históricos numa «unha branca», de centro-esquerda loulelista, fusionista, e numa «unha negra», de esquerda mais radical, antifusionista, populista e democratizante⁹⁴, a cargo dos «jovens», mais ou menos herdeiros da lição liberal de José Estêvão e co-signatários do seu programa de Setembro de 1861: Latino Coelho, Jesus Coelho, João Félix Rodrigues, Jacinto Augusto Oliveira, Elias Garcia, Gilberto Rola, Lobo de Ávila (uma das maiores dores de cabeça com que Loulé se defrontou nos anos 60), a par de notabilidades conhecidas, como Mendes Leal ou Luís Augusto Rebelo da Silva, que descobriram promissora carreira como mandatários do povo.

Tudo leva a crer que foi por pressão de José Estêvão e desta «unha negra» que foi feita a crucial remodelação governamental de Fevereiro de 62, através da qual o executivo histórico guinou pela primeira vez para a esquerda, depois de anos de inclinação ao centro: Ávila e Carlos Bento, execrados pela Patriótica e pela plebe lisboeta como agentes do reacçãoarismo infiltrados nas fileiras históricas, foram afastados, dando o seu lugar a Lobo de Ávila e Mendes Leal. É claro que, apesar de expurgado o «avilismo», a essencial

⁹² Manifesto eleitoral de José Estêvão, publicado n' *A Política Liberal*, 27-9-1861.

⁹³ Marques Gomes, *José Estêvão. Apontamentos para a sua biografia*, pp. 151-152.

⁹⁴ Como definiu lapidariamente Oliveira Martins, a «unha negra» era «a cauda democrática de um partido forçado a ser conservador» (*Portugal Contemporâneo*, vol. II, p. 285).

duplicidade dos executivos históricos se mantinha, mas agora entre a sua «unha branca» e a «unha negra» radical. Sucede que a derrota dos avilistas não foi definitiva. Fora do governo, iniciaram uma travessia no deserto, levando com eles muitos dos que, nominalmente históricos, por uma ou outra razão, se sentiam excluídos por Loulé e pelos novos arranjos ministeriais. E, como em política a vingança se serve fria, o mesmo Ávila reapareceria, com Carlos Bento e com Sá da Bandeira (outro dos ilustres marginalizados do progressismo histórico), no transitório governo *antifusionista* de Abril a Setembro de 65 e, depois, nos gabinetes ditos *reformistas* dos anos 68-70.

Do pouco que se sabe sobre esta questão fica, assim, uma pista: a de a *quarta* grande novidade da década de 60 — o fenómeno político do reformismo, oficializado em Junho de 67 no Partido Reformista — poder mergulhar as suas raízes exactamente nas alterações produzidas em 1861-62, aparecendo como uma espécie de dissidência agregadora dos excluídos do Partido Histórico⁹⁵. Mas nesta, como nas restantes pistas aqui enunciadas, é necessária uma investigação própria, muito mais detalhada.

O ano de 1861 terminou da pior maneira: com a morte de D. Pedro V, a 11 de Novembro, e com os consequentes «tumultos do Natal»⁹⁶. O episódio foi sobretudo simbólico dos novos tempos de maior agitação que aí vinham: nunca a Regeneração tivera de mandar meter na ordem «amotinados à solta, cometendo os desacatos que a espontaneidade popular ditou»⁹⁷. Doravante, a dimensão do consenso deixava de ser um dado adquirido e incontestado. Com a morte de D. Pedro V não desapareceu somente uma das personagens centrais dos anos 50: simbolicamente, foi como se a própria prática política, a um tempo ordeira e reformista, conservadora e progressista, mas sempre reconciliadora e centrípeta, tivesse encerrado os seus anos áureos. Não que o modelo geral da Regeneração tenha então falido: duraria ainda mais uns trinta anos; mas não mais voltaria a ser tão hegemónico e incontestado como o fora entre 1851 e 1861.

O conjunto de todos estes sinais confere à década de 60 uma dimensão de mudança, de contestação, de velocidade, a que o sistema regenerador, fosse qual fosse o governo, teve dificuldade em dar resposta. A prova é que

⁹⁵ Um sintoma disto poderá ser o do percurso político de António Alves Martins, o futuro líder do Partido Reformista, que, em 1861-62, abandonou a maioria parlamentar pró-loulelista, solidarizando-se com o demitido Ávila (Lélio Lenoir, *Portugal em 1862*, pp. 29 e 38). Mas é claro que o reformismo, na sua expressão político-partidária, foi bastante mais do que uma simples liga de «avilistas»; nele se abrigaram também múltiplos activistas dos clubes políticos de Lisboa e mesmo homens do agora «grupo de José Estêvão», como Latino Coelho.

⁹⁶ A 25 de Dezembro, uma multidão de populares arregimentados pela Patriótica percorreu Lisboa, dando morras ao ministério Loulé e apedrejando as casas de vários notáveis do regime alicerces dos quais circulavam boatos de terem envenenado o monarca.

⁹⁷ Lélio Lenoir, *Portugal em 1862*, p. 17.

demorou dez anos a repor a estabilidade política (1871, com o início do governo regenerador de Fontes Pereira de Melo) e quinze a repor a estabilidade partidária (1876, com o Pacto da Granja e a unificação da esquerda monárquica no Partido Progressista), logrando então (re)alcançar uma plataforma de alguma estabilidade, baseada na prática do modelo do rotativismo bipartidário.

V. NOTA SOBRE AS FONTES E BIBLIOGRAFIA

Sendo o presente artigo um resumo do corpo central de uma dissertação académica de mestrado, seria fastidioso, sem ser esclarecedor, reproduzir aqui toda a bibliografia consultada. De resto, no próprio texto, todas as citações ou elementos mais importantes foram devidamente acompanhados da respectiva referência bibliográfica. Deve, no entanto, salientar-se que o grosso da informação aqui reproduzida resultou da consulta e leitura da imprensa contemporânea, do *Diário da Câmara dos Deputados* e do *Diário do Governo*, de inúmeros folhetos, opúsculos e ensaios políticos, bem como de memórias, correspondências e escritos biográficos da época. A magreza da produção historiográfica disponível acerca do constitucionalismo monárquico faz com que a exploração das fontes (pese embora a sua frequente parcialidade) permaneça largamente prioritária face à leitura da bibliografia, sobretudo quando se trata, como era aqui o caso, de reconstituir o processo político-partidário de um determinado período cronológico do século passado.